proposta nº17



proposta

JUNHO/1981 - Nº 17

Editorial	3
Comunidades Eclesiais de Base e Educação Popular	1
Luiz Eduardo W. Wanderley	4
A "Permanente Educação" dos favelados Victor V. Valla, Jorge Ricardo Gonçalves, Jorge Vicente Munõz, Paulo Roberto de Araújo Abrantes e Rute M. Monteiro Machado Rios	14
Sindicalismo: o desafio da unidade Fernando Pires Peixoto	21
A CPT e o movimento sindical CPT Paraná	31
Jornal Popular e linha editorial João Luís van Tilburg	37

Proposta - Publicação de circulação interna da FASE-Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Coordenador Nacional: Jean Pierre Leroy.

Coordenador de Publicações:Antônio Ivo de Carvalho. Conselho de Redação: Clinio Reinaldo de S. Lima,Glória Ochoa, Maria das Graças F. Costa, Maria Lídia S. da Silveira, Nádia Campeão, Paulo de Tarso Vesceslau.

Secretária de Redação: Ziléa Reznik.

Capa e Diagramação: Antônio Rogério Garcia Silveira.

Datilografia: Elita Vicente de Paula Duailibe.

Impressão: Vickson de Souza Viana.

Registro na Divisão de Censura de Diversões Públicas do DPF - 2.244-P.209/73 Aqui está o número 17 de PROPOSTA. Como sempre, marcada pela diversidade de temas, pela diversidade de propostas, e até pela diversidade de linguagem.

Sem amesquinhar o prático-concreto, mas sem cair nas malhas do teórico-abstrato, nosso compromisso contempla as contribuições que, expressivas de experiências vivas, se abram a uma reflexão mais profunda e abrangente.

O artigo sobre as CEBs, assinado pelo conhecido estudioso e militante cristão, Luiz Eduardo Wanderley, passa em revista uma série de aspectos da vida, da história, da prática e, porque não, dos aportes teóricos e ideológicos provenientes desses organismos, cujo significado, longe de se circunscre ver à esfera religiosa, explode como fenômeno político da maior relevância.

São também, os fenômenos ideológicos que marcam a exaustiva pesquisa de Victor Valla e sua equipe do IESAE, A "Permanen te Educação" dos Favelados, cuja conclusão adaptada ora publicamos. Percorrendo de forma meticulosa a história, nas últimas décadas, da intervenção do Estado nas favelas, os autores demonstram que essa intervenção, ora visando a cooptação, ora a exclusão dos favelados, é sempre reativa às iniciativas daquela população e sempre voltada para o seu enquadramento e subordinação aos interesses do capital.

O moderno sindicalismo brasileiro, seus dilemas, suas correntes e os desafios do presente, sobretudo em torno da questão da articulação, é o tema abordado por Fernando Peixoto no seu artigo "Sindicalismo: o desafio da unidade".

Um pequeno texto da CPT do Paraná elaborado a partir de sua experiência prática, procura enfrentar o problema da relação CPT/Sindicatos Rurais, analisando o papel específico de cada um, assim como a sua possível e desejável complementaridade.

Finalmente João Luís nos introduz na problemática da comunicação popular, apontando as limitações dos atuais jornaizinhos populares e sugerindo critérios, sobretudo de seleção e tratamento de informações que permitam o aprofundamento do conteúdo editorial em função dos objetivos populares desse tipo de publicação.

Neste número, acreditamos, PROPOSTA vai atingindo sua maturi dade enquanto veículo de debate e subsídio, voltado privilegiadamente para aqueles que se comprometem com o processo e ducativo hoje vivido pelo nosso povo, na sua caminhada de busca por melhores dias.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE E EDUCAÇÃO POPULAR

LUIZ EDUARDO W.WANDERLEY

Professor de pós-graduação de Ciências Sociais na PUC/SP; Diretor do Centro de Estudos da Religião-CER, Diretor do Instituto de Planejamento Regional e Urbano-URPLAN.

Desde logo quero enfatizar o de que as CEBs constituem um conjunto heterogêneo, o que é sabido nem sempre devidamente considerado nas interpretações. O 4º Encontro Na cional Intereclesial demonstrou ta realidade complexa e rica, os representantes das CEBs de o país, ali presentes, mostravam oscilação entre comunidades em formação, em processo de amadure cimento, e várias já consolidadas. Por conseguinte, é importante salien tar que, por uma parte, um movimento tão amplo e multivariado apresenta tantos pontos em comum, com aspec tos consensuais sobre sua identida de, seus objetivos e maneiras pensar e agir. E por outra parte, ele é caracterizado por propiciar formas organizativas diversificadas, práticas diferenciadas, membros com consciência, formação e capacidade de trabalho distintas conforme sua o rigem e situação de classe. solicitada riqueza e variedade foi minha opinião sobre uma dimensão fun damental da vida das CEBs - o suas práticas educativas e suas rela ções com o processo atual de educa ção popular. Obviamente não se trata ue uma generalização válida para todas, porém se quer destacar nesta sua caminhada determinados pontos que os seus próprios membros e muitos agentes e assessores têm defendido como válidos e significativos.

Sem desconsiderar suas origens mais remotas, os estudiosos das CEBs gistram a necessidade de se estabele cer um corte histórico na caminhada. De um lado, o período mais repressivo, no qual a Igreja (quando se fa la de Igreja, deve-se entender seto res dela, mas setores expressivos crescentes) funcionou como um espaco de liberdade para o movimento pular e para segmentos liberais Sociedade Civil que, cerceados em seus canais competentes, nela se zeram presentes e puderam se festar. Neste período, as CEBs trans formaram-se em núcleo polarizador e ativo, possibilitando o convívio muitas concepções e interesses, maiores divisões em função dos alvos comuns existentes. Ademais de suas funções específicas, elas exerceram um papel de somar algumas práticas que outras instituições e organiza ções normalmente executam em nossa sociedade. Certas ambiguidades nor mais e confusões eram como que supe radas num nível em que as diferenças se diluiam e a unidade se fortalecia. Por outro lado, o período transição em que vivemos, de relati va abertura política, no qual os sin dicatos, partidos políticos etc. vão reocupando seus espaços próprios.Nes te período se percebem sinais cons tantes de turbulência, em alguns gares até uma grande confusão, à medida em que as pessoas passam a participar de órgãos, movimentos partidos, suas concepções teóricas, estratégias e táticas passam interior das CEBs, criando duvidas, incompreensões e divisões. Enquanto o quadro político não se define e a Igreja se interroga, teremos um tem po meio crítico. Contudo, o trabalho continua e é sobre ele que faço tas reflexões, tendo em vista o presente e o futuro.

Mais uma questão prévia para que o leitor me entenda. Ela respeito ao tema da educação po pular. Há uma vasta literatu ra sobre o assunto e esta Revis ta tem contribuído bastante ra sua compreensão. De minha parte, tenho sugerido alguma coisa aqui e acolá (desculpem se vou indicar aqui estes tos em nome pessoal, a intenção é apenas de não ter que reprodu zir todo o meu pensamento) (1). Tentando resumir em poucas pa lavras, tenho defendido que ducação popular e aquela que produzida pelas classes populares, ou produzida para/com las, em função de seus isteres ses de classe. Por classes po pulares, compreenda-se todos aqueles que sofrem diretamente os processos de exploração

expropriação capitalistas (operaria do e campesinato), os trabalhadores por conta própria e aqueles congrega dos na categoria de trabalho improdutivo (comerciários, bancários, funcionários públicos etc.). Produzida pelas classes populares (diretamente

em seus locais de trabalho, em suas organizações profissionais, em seus movimentos e partidos) e para elas ou com elas (através do Estado e de organismos da Sociedade Civil, como igrejas, universidades, grupos educativos etc.), sempre que sirvam ao aperfeiçoamento democrático, à con quista da cidadania, à defesa direitos fundamentais, à participa ção ativa, à liberdade. Sintetizan do, uma educação que atenda aos inte resses concretos das classes populares, que variam historicamente, como por exemplo: os ligados aos meios de consumo coletivos (água, luz, habita ção, transporte, saúde, etc.), liga dos à produção (condições de lho, salários etc.); aos interesses mais de fundo (eliminar a exploração do trabalho, negar e superar o siste ma, etc.). Se fosse possível sinteti



zar em umas poucas proposições o co<u>n</u> teúdo desta educação, apontaria:

- é uma educação de classe exige uma consciência dos interesses das classes populares;
- é histórica depende do avanço das forças produtivas;

- é política se conjuga com outras dimensões da luta global das clas ses populares;
- é transformadora e libertadora -lu ta por mudanças qualitativas e re formas estruturais (reformas nãoreformistas);
- é democrática anti-autoritária, anti-massificadora, anti-elitista;
- . relaciona a teoria com a prática;
- relaciona a educação com o traba lho;
- objetiva a realização de um poder popular.

Vejamos, então, em que dimensões quais os mecanismos propiciados pela atuação das CEBs que trazem dios, sugestões e pistas para uma e ducação popular nos termos acima in dicados. Desde logo não se pode igno rar que outros grupos e organizações populares também vém contribuindo decisivamente para enriquecer a prática educativa popular. Aqui vou fi car restrito às contribuições CEBs, naquilo em que elas se identificam completamente com o movimento popular e naquilo que lhes é específico, mas que continua ligado à vida do povo.

PARTIR DAS NECESSIDADES CONCRETAS

As experiências têm mostrado que as CEBs ganharam e vêm ganhando vitali dade quando procuram responder as ne cessidades concretas. É a partir des sas necessidades que há um crescimen to progressivo, e quando as necessi dades se tornam mais exigentes susci tam novas práticas e se buscam novas formas de organização do povo. Assim é que uma expulsão do campo, uma in justiça flagrante, uma questão saúde, de casa, de trabalho levam a processos de ajuda mútua - mutirão, grupos de compra, recursos para con tratar um advogado etc. Nos bairros, problemas de saneamento, de escola, de saúde, de segurança e muitos ou

tros, levam a reuniões, troca de in formações, boletins, apelos a autori dades, passeatas etc, Logo que as co munidades já estão mais estrutura das, as pessoas se conscientizam elementos condicionantes da realida de local ou mais abrangente, as rei vindicações se tornam socializadas , as necessidades de formas organizati vas coletivas mais permanentes ganham corpo: assim surgem as cooperativas, os sindicatos, as comissões de direi tos humanos e outras associações DO pulares. Tudo isto tem aspectos De dagógicos evidentes: elimina-se "educação bancária", o elitismo, idéias vagas e abstratas que não dei tam raizes, o poortunismo. Com base nessas necessidades, num segundo pas so, passa-se a exigir mais e melhor conhecimento para desvendar as cau sas. as estruturas e os processos, e para fornecer elementos que aperfeicoem as práticas. Isso nos conduz ao segundo ponto.

RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

É interessante constatar que as CEBs têm insistentemente reivindicado necessidade de estudo. Num primeiro nível, muitas pedem alfabetização.Ob viamente pelo reconhecimento de que, numa sociedade letrada e repleta de exigências burocráticas calcadas apresentação de papeis, assinar o no me e ler são instrumentos básicos de afirmação como cidadão e como ce. Num segundo nível, elas reivindicam estudar a realidade que elas sentem, mas que geralmente não compreendem . Começam por querer conhecer certas leis que se ligam diretamente com os problemas enfrentados por seus membros. Conhecer também procedimentos que facilitem o acesso às autorida des e a obtenção das coisas pedidas. Progressivamente, e principalmente por parte daquelas que vão se mando, molicita-se um estudo da ciedade em suas vários dimensões cio-econômicas-políticas-ideológicas. A expressão que ganha corpo é "análi

se científica da realidade", é claro que muíto por influência dos agen tes. Fala-se sempre numa recusa do trabalhador em aceitar participar de reuniões onde vai ouvir teoria. O que se tem constatado é o inverso. Há uma procura grande, mas atenção. A resistência não é contra a teoria, po rém contra os teóricos que falam nu ma linguaguem hermética e ininteligí vel, contra conceitos e elaborações incompreensíveis, contra formulações teóricas que o povo percebe não apre sentar relação com a vida cotidiana.

Esta necessidade de reflexão teórica encontra sua origem fecunda no método VER - JULGAR - AGIR, que ganhou notoriedade e significação na Ação Católica Especializada do Brasil. Co mo se sabe, a Ação Católica atuava nos meios especializados (agrário, es tudantil, independente, operário universitário), através de movimentos de juventude e de adultos.O VER. que inicialmente era restrito a pectos da realidade de cada meio, com o desenvolvimento dos movimentos, particularmente na JUC, foi ganhando em rigor e profundidade. O JULGAR, centrado fundamentalmente no Evange lho e em reflexões teológicas e trinárias da Igreja, pouco a pouco passou também a utilizar reflexões dos vários ramos de conhecimento. E o AGIR era fruto direto do modo como se processavam os dois momentos teriores. Mesmo sem grandes sistematizações, no dia-a-dia havia uma teração permanente entre os três mo mentos, um partindo do outro e retor nando e complementando os demais. In teressante frisar que naqueles setores em que a prática (AGIR) era mais eficiente e consequente, é que houve um avanço teórico e prático concomitantes. As CEBs, de certa forma, ā cuperam e redefinem este método sua maneira. A realidade é vista nicialmente pelo que é sensível, ime diato. A própria ação exige ver lhor e refletir mais a fundo. São elaborados instrumentos especiais para alargar a visão das coisas vão desde reuniões específicas, até

dias de estudo e treinamentos. São momentos nos quais se procura ver e julgar ao mesmo tempo. E a avaliação é feita sobre o agir, sobre outras experiências e sobre reflexões mais sistemáticas normalmente elaboradas por assessores e agentes, e sempre visando a prática futura.

Pouco a pouco, nas comunidades com maior experiência, certos membros percebem a necessidade de uma visão de mundo abrangente, de saber o que é o capitalismo, o socialismo, como eles funcionam e mudam. Aqui o instrumental dialético vem significando uma ferramenta importante na explicitação do sistema capitalista, e tan to agentes como pessoas da base bus cam aprofundar seus estudos, analisando criticamente este instrumental.

É importante salientar que esta nálise da realidade não se conflita com a vida religiosa, com a fé, que os trabalhadores não fazem dualis mos em sua vida concreta, não ram as instâncias e vivem os seus múltiplos engajamentos(pastoral, sin dical, familiar, etc.) respeitando suas particularidades com muita sim plicidade. Os grilos surgem por par te dos agentes, de algumas lideran ças mais visíveis e da hierarquia,em geral temerosa de perder a sua hege monia na interpretação política temerosa de respeitar a plena autonomia dos leigos na ação política. É claro que no processo surgem conflitos interpretativos e algumas pes soas, quando entram em movimentos partidos políticos, tendem a deixar (alguns deixam efetivamente) o vívio nas comunidades, tentados las solicitações mais imediatistas que estas práticas políticas reivin dicam. O que se nota é que aqueles que avançam em seu conhecimento teó rico geral, sem concomitantemente a vancar no conhecimento teológico, são os mais propensos a encontrar dificuldades; aqueles que aprofundam seus conhecimentos nos dois sempre que ligados com práticas cretas, encontram maior unidade

por isso mesmo, normalmente aperfei çoam sua militância dentro e da Igreja. Há problemas que valem a pena registrar ainda que não desenvolvê-los neste texto. Excluindo os pequenos grupos que se aproxi mam das CEBs com a intenção de instrumentalizá-las político-ideologica mente (fenômeno aliás que acontece em qualquer outro setor da sociedade brasileira), existem, por um lado, muitos que se aproximam com boa von tade e desejo legitimo de ajudar, mas com desconhecimento da Igreja, do Cristianismo, da vida dos taos. Estes, na medida de sua maior ou menor autenticidade, têm prestado um grande serviço, e um número razo ável deles tem sido tocado em algum grau pela espiritualidade das comuni dades. Para estes, com níveis distin tos de intensidade, tem havido esforço de compatibilizar os conheci mentos teóricos das ciências sociais com as reflexões teológicas da ja. Por outro lado, os representantes do clero e religiosos em geral, pos suidores do discurso próprio da Igre ja, sentem dificuldades de liá-lo com as orientações teórico--práticas originadas em outras tes.

FÉ LIBERTADORA

Imediatamente ligado ao ponto ante rior e para escândalo das versões burguesas de um cristianismo desen carnado e intimista, a fé total se encontra nos membros das comunida des vem inicialmente dequilo que fine a natureza das CEBs: elas eclesiais e sempre manifestam expli citamente esta situação em contraposição aos seus detratores. Ademais, esta fé e suas celebrações se a libertação da opressão. A partir da Bíblia, descobre-se a identidade do "Povo de Deus" que tem uma histó ria e uma memória a ser preservada, o que liga com a consciência do povo. Na Bíblia, ainda, percebe-se um povo em movimento, situado concretamente

quem eram os opressores e os liberta dores do passado, que são identifica dos nos dias de hoje com outras roupagens. Com as consignas do Evangelho, os membros das comunidades sentem solidários, de início na comu nidade, depois na solidariedade siva do povo oprimido local, regional, nacional, mundial; eles ciam as iniquidades e injustiças reivindicam a concretização do Reino de Deus, que passa pela mediação estruturas e processos humanos, tos e livres; eles se consideram pes soas, sujeitos responsáveis com reito a pensar e a existir. "O os reune é fome da Palavra de Deus. Trata-se de uma fé inteira, sem femismos que ocultassem outra coisa. Quem vem de meios intelectuais, secu larizados, a-religiosos, céticos, gnósticos, para os quais a referên cia religiosa pouco ou nada é tomado de profunda surpresa. Aqui na comunidade se crê com uma fé que nada tem de pietismo adulçorado, mas uma fé que define o sentido de todo o existir e a orientação de todas as práticas. A gente percebe esta mensão de fé não somente quando os participantes falam das Escrituras que todos conhecem relativamente bem, mas especialmente, quando falam dos problemas da vida, das terras, salários, dos sindicatos. As referên cias bíblicas são constantes, seja pa ra identificar quem são os faraos de hoje, mas também para discernir quem são os profetas, quem está na linha de construção do Reino que passa sem pre pela mediação da justiça, do mor com prática da solidariedade da fraternidade. Percebe-se que a fé não é nenhum adereço na lapela da vi da, mas o horizonte a partir do qual tudo é globalizado sem com isso gar consistência às realidades seculares ou políticas. Mas se evita paralelismo e a justaposição do reli gioso e do secular, do cúltico e do ético, tão encontradiço num cristia nismo intimista de versão burguesa. Aqui a dimensão de Deus faz jus Deus como aquela realidade que tudo

envolve, respeitada a inscrição pró pria de cada realidade, fazendo com que também o político e o econômico possam ser vistos como mediações de sua graça ou des-graça à medida que realizam ou negam ao humanum e devida justiça e dignidade. Porque vigora esta profunda unidade (sem identificação) entre fé e vida, as celebrações ganham uma relevância toda especial" (2).

Há uma recuperação do capital lico coletivo da fé. Para dos que tem uma moralidade dentro da Igreja e outra na vida do dia-a-dia, as grandes celebrações são um mento de celebrar a vida, que tem de ser coerente com o que se crê. centros de romaria e peregrinação, que durante anos funcionaram palco de um descaracterizador comér cio religioso, sofrem um processo de recuperação de seu sentido mais fundo, onde a fé simples do povo liga com todas as manifestações vida. A evangelização é vista solidariedade massiva que se expres sa tanto no fato de milhares de rários rezando juntos o Pai-nosso num estádio, como nas orações coleti vas das festas religiosas. Este pro cesso pedagógico através do qual as pessoas se encontram, se solidarizam, descobrem seus problemas muns, constitui um passo relevante na tomada de consciência da cidadania, da Política.

CEBS E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Alguém disse que na América Latina a religião mobiliza mais que a política e se alguma dúvida pairasse so bre a afirmação bastaria constatar o que significou a presença do Papa no México e no Brasil. No Congresso Internacional Ecumênico de Teologia, realizado em São Paulo em fevereiro de 1980, uma das unidades do temário, tendo em vista o continente la tino-americano, buscou analisar a íntima interligação de duas dimen-

sões da realidade - a de um povo explorado e crente. É desnecessário relembrar o fato de que o catolicis mo impregna a cultura latino-america na, envolvendo todas as esferas vida coletiva, sem questionar a maior ou menor profundidade de com promisso dos fiéis. Todo o trabalho político sério que desconheça esta realidade ou a minimize conduz a u ma visão distorcida da realidade. O ra, nestas últimas décadas, principal mente nos países do cone sul e principalmente no Brasil, a Igreja um espaço para que setores populares e segmentos liberais pudessem se reu nir dentro da instituição. Neste paço de tempo, a questão política e suas relações com a pastoral ganhou relevo. Interessa-me apenas as con sequências na linha da educação polí tica.

Preocupados em informar e progressivamente o povo, certos agen tes de pastoral (bispos,padres, reli giosos e leigos) desenvolveram toda uma teia de métodos, técnicas e ins trumentos que aumentassem o seu nhecimento da realidade, com especial atenção à questão política. be-se que os movimentos sociais pulares, muitos deles formados a par tir da ação das comunidades, e próprias comunidades originam-se qua se sempre de problemas locais e função de interesses imediatos, aglu tinando pequenos grupos solidários e marcados pela vivência concreta de uma mesma situação de vida. Eles cri am e desenvolvem formas criativas imaginosas de auto-ajuda e ajuda mútua. Aos poucos, na dependência fatores internos e externos que condicionam, eles ampliam suas reivin dicações para níveis mais amplos, vão se conscientizando e se politizando, e seus participantes sentem necessidade de resolver os problemas, de des vender as causas, de encontrar soluções que implicam mudanças qualitati vas e estruturais de caráter nitida mente político, muitas das quais capam às possibilidades locais.

sim, é que se procura conhecer os meios políticos de atuação (que vão desde grupos de fábrica, sindicatos, associações, até os partidos políticos) e noções teóricas sobre capita lismo e socialismo, entre outras.

Diante deste quadro, as CEBs, vão a perfeiçoando a educação política,geralmente com base na sua pastoral po pular. A primeira constatação neste sentido vem da análise dos opressores e oprimidos que aparecem na blia e as analogias feitas com os de hoje. Outra é a de que cada reivindi cação concreta enfrenta obstáculos i mediatos nas autoridades mais próxi mas de seu raio de ação e, deste mo do, o governo local, o prefeito, carnam todo o sistema que elas comba tem. Quando a reivindicação é maior, um responsável pela administração re gional, um secretário de prefeitura e estadual e, em alguns casos, o go vernador, representam o obstáculo a ser pressionado e, se possível, venci do. Interessante sublinhar que há ga nhos políticos quer nas derrotas, quer nas vitórias. Se há uma derro ta, toma-se consciência da fragili dade da luta, da falta de organiza ção, da necessidade de atingir mais pessoas. Paulatinamente se descobre a força dos meios de comunicação de massa para chamar atenção sobre tos localizados de exploração e injustiça, a necessidade de grupos de pressão e de contar com a colabora ção de amigos de fora - políticos, instituições, advogados etc. Se vitória, a luta ganha densidade, força-se o valor do trabalho coleti vo, a solidariedade dos que sofrem, muitas pessoas se convencem que fragilidade aparente, dada pela pas sivividade e temor, pode se trans formar em união, destemor e esperan ça. Passo a passo vai germinando uma consciência de que a caminhada é um processo histórico, cheio de avanços e recuos; que as pessoas mais humil des são capazes de atos de insuspeitados; que é preciso unir as lutas dos movimentos de bairros, mais

ligados acs meios de consumo coletivos, com os movimentos de fábrica, de categorias profissionais, mais ligados à produção; que as grandes mudanças exigem meios adequados, ou se ja, movimentos e partidos políticos. Este processo descrito muito superficialmente, dá conta do que é percebido como a caminhada do povo que se faz consciente e se organiza para a libertação, que tem um conteúdo político profundo.

Gramsci atacava a Igreja de seu tem po, comentando que ela tendia a man ter a filosofia dos simples numa se primitiva do senso comum e que a filosofia da praxis pretendia um pro gresso intelectual das massas, ele vá-las a níveis superiores de cultu ra. Respeitando as diferenças de tuações históricas, hoje, setores significativos da Igreja lutam exata mente para que os simples desvendem as contradições e alienações do sen so comum, alcancem níveis crescentes de formação, e incorporem criticamen te elementos da filosofia da praxis. E tudo isto usando a mediação da po lítica, passando do momento econômico para o momento ético-político, u nindo a estrutura (produção e clas ses sociais) com a superestrutura(so ciedade civil e sociedade política). Aquele pensador acrescentava que as massas vivem as novas concepções do mundo como uma fé e que um dos ins trumentais pedagógicos importantes e ra a repetição incansável: se deduzem determinadas necessidades para cada movimento cultural que ten de a substituir o senso comum e velhas concepções do mundo em geral: 1) nunca se cansar de repetir os pró prios argumentos (variando literaria mente sua forma): a repetição é meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) tra balhar incessantemente para intelectualmente sempre cada mais vastos estratos populares, para dar personalidade ao amorfo elemento de massas, o que significa trabalhar para suscitar elites de intelectuais

de um novo tipo, que surjam diretamente da massa..."(3). Utilizando em parte sugestões derivadas destas co locações, pode-se afirmar que o povo que participa das CEBs vai compreen dendo as novas concepções de homem e de mundo com base na fé e, que se convence dos argumentos, como uma fé, dada pela confiança em grupo e nos assessores mais ligados. Além do mais, usando todo o rial ideológico" produzido por elas (folhetins, boletins, livretos, cân ticos etc.), há uma repetição tante da mensagem biblica e evangéli ca, dos temas da libertação do povo, que dão consistência ao pensar povo. E por fim, todo o trabalho nas comunidades mais lúcidas vai no tido de ampliar o trabalho educativo para círculos crescentes dos seto res populares, valorizando a formação de lideranças autênticas, de SU jeitos responsáveis e críticos ca pazes de se autodesenvolverem e as suas comunidades. Aqui, surgem pro blemas da parte de grupos de tes de pastoral que ainda agem ternalisticamente, numa linha de "proteção ao rebanho",impedindo que se consolidem os intelectuais originários das classes populares. isto, é necessário que estas ções estejam vinculadas organicamente aos interesses das classes subalternas e não aos interesses das tituições dos agentes. Registre-se, também, que grupos de esquerda atuam nos setores populares, caudatá rios de uma tradição autoritária centralizadora, não respeitam a evolução pedagógica do povo, etapas" em função da sua pressa pes soal e grupal, impedindo assim a levação cultural do povo.

CIDADANIA E DEMOCRACIA DE BASE

Já se disse anteriormente que a edu cação popular pode ser um instrumento válido no desenvolvimento do processo de democratização. Uma das possibilidades é fornecida pela cria

ção e consolidação de formas de <u>po</u> der local, que são as estacas de um real poder popular. Para isto contribui decisivamente os direitos de cidadania, meio indispensável para evitar a burocratização e a opressão em qualquer regime. Vejamos como as CEBs têm trazido subsídios nesta direção.

Escrevi, em outro lugar, "as que classes populares devem lutar por criar e, onde já existe, estender assegurar as liberdades democráticas que garantem a existência da cidada nia. Numa nação em que a maioria população é tratada como coisa, que se discute ainda voto dos analfa betos, em que toda ação espontânea de grupos e movimentos é imediatamen te vista como um perigo a ser canali zado por cima, por instituições oficializadas ou controladas casuistica mente... reivindicar cidadania é enorme passo adiante. É preciso rom per com a crença explícita, que muitas vezes apareça coberta por um discurso implícito, na tese que o eleitorado brasileiro é imatu ro, de que o povo brasileiro não tem capacidade de discernimento e de liberação e, portanto, necessita um governo que o eduque, o tutele, o guie" (4). Nas CEBs em que se busca formar sujeitos conscientes e gonistas de suas ações, empregando múltiplos meios de fazer com que pessoas se sintam responsáveis, conscientizem de seus direitos, mobilizem e se organizem para quistá-los, vão se dando passos sentido de estruturar uma população consciente de sua responsabilidade so cial e coletiva de sua missão histó rica. Com base neste sentimento cres cente de que todos são cidadãos e na luta para concretizá-lo, é que pos das comunidades, representando-as e às vezes falando até em nome do lu gar e de uma região, dirigem-se autoridades com audácia e firmeza. Tenho ouvido reclamações de funcioná rios de órgãos ligados às prefeitu ras e ao Estado, magoados porque

ses grupos não pedem mas exigem suas reivindicações. É uma prova da cons ciência de cidadania progressiva das comunidades. Outro elemento é dado pela prática efetiva que se expressa nas ações de auto-ajuda e na recusa de barganhar reivindicações materi ais por compromissos políticos, práticas estas que rompem com concepções e mecanismos autoritários e paternalistas de cooptação e manipula ção típicos e dominantes da política brasileira.

Além do mais, por fazer do bairro um "lugar político" faz-se do local lugar de luta, que se une gru pos de fábrica, que vai se desdobran do para outros locais. A comunidade condensa e unifica as diversas lutas e quando ela ganha as dimensões classe, vai percebendo a correlação de forças e seus embates na Sociedade Civil e os vínculos que a Socieda de Civil estabelece com o Estado. A democracia de base constitui-se de estruturas originais que resultam de processos democráticos de constitui ção nas bases, de formas de organiza ção e de decisão internas, de formas de delegação de poderes e de ção de tarefas. No caso das comunida des, ela é praticada na vida cotidia na, que vai de pequenas ações grupos e comissões mais estáveis. O que tem repercussão na propria instituição da Igreja, que passa a ser controlada e contida pela base, questionando o poder pelo poder, imposições de qualquer ordem, o não respeito pela autonomia do leigo. As demais instituições clássicas também questionadas, lutando-se regeneração dos sindicatos e dos par tidos, reivindicando que suas turas, programas e atividades realmente democráticos, com a parti cipação ativa do maior número de pes soas. Não se trata de uma volta anarquismo nem de um mero "basismo" que desconfia das elites, do do, das cúpulas e tende a ignorá-los ampliando os seus espaços de ção, e que só se preocupa com as cro-relações. É claro que os riscos

existem, muito em função do peso his tórico de burocratismo e clientelismo dessas instâncias. Mas se as tes tiveram o direito de errar, pondo às massas suas verdades, suas teorias e suas ideologias, e deu que deu, é imperioso dar ao povo "direito de errar pelas bases" e tem po para que elas amadureçam. O se pode é manter a separação minorias donas do saber e a maioria com o fazer. O movimento popular, in cluindo a classe operária, tem conse guido realizar práticas de auto-orga nização e de ação autônoma que supe ram os limites das regras democráti cas liberais ditadas pelo As imensas dificuldades atualmente se concentram em como unir essas prá ticas democráticas de base com nais alternativos de representação, que permitam aos setores populares controlar o Estado, estruturar e criar sindicatos e partidos políticos que se articulem com os movimen tos e as organizações populares, sem manipulá-los e descaracterizá-los e mantendo com eles uma tensão dinâmica.

Para encerrar, indico alguns tópicos da atuação das CEBs que apontam na direção dessa democracia de base.Uns já foram apontados antes: conhecimen to crítico da realidade, relação teoria e prática e participação política. Acrescento:

a) um contínuo processo de socializa ção e ressocialização - com os la ços de empatia e solidariedade que se criam nas comunidades, onde tu do passa pelo coração, com a cons ciência dos interesses comuns, da necessidade de associação e organização, as pessoas se revelam, ganham nova identidade e são pulsionadas a mudar a si próprias e a realidade. Este processo é con tínuo e suscita novas necessidades de abastecimento e realimenta ção das pessoas, desde troca experiências e informações entre as comunidades até cursos e trei namentos mais sistemáticos:

- b) relações lideranças e bases não é usual eleger os representantes nas comunidades para executar ta refas internas e externas, já que tudo é feito normalmente com mui ta confiança, na base do volunta riado ou da aclamação, não desco nhecendo o fato de que, em vários lugares, surgem lideranças mantém traços do opressor e mode los clericais daquilo que se usa denominar de "mini-curas". Mas no essencial, inúmeras comunidades aprenderam que todos precisam ele var o seu nível conjunto respei tar opiniões e o processo pedago gico de crescimento dos companhei ros em estágio inferior, efetuar rodízios na execução das tarefas etc. Nesta perspectiva, vale en fatizar o fenomeno curioso das comu nidades aparecerem em bloco dian te de autoridades governamentais e policiais, como eles izem "sem cabeças, cônscios de que são coletivo e irritando sobremaneira essas mesmas autoridades, acostuma das tradicionalmente a processos de cooptação de lideranças e "des cabeçamento" de movimentos popula res. As autoridades têm criado novas artimanhas para se opor aos blocos, como por exemplo exigir das comunidades ofícios de órgãos locais de representação já insti tucionalizada, sabendo que elas falam em nome do povo;
- c) pedagogia popular os movimentos populares e as CEBs vem desenvol vendo variadas formas de gia popular em suas atividades, que rompem com os esquemas clássi cos de professor versus alunos, autoridades versus funcionários, padre versus leigos. De um lado, o aproveitamento de técnicas dinâmica de grupo, os "cochichos", paineis, sociodramas etc, e outro, o uso de atividades audio visuais, teatrais, cinematogrāfi

cas, nas quais se busca uma inten sa participação, diálogo. debate e esclarecimento mútios. Dentro da Isreja, em que pese o fato do clero e religiosos ainda exerce rem um papel fundamental, os lei gos vêm assumindo funções impor tantes e as comunidades maduras têm criticado a estrutura vertica lista e reivindicando mais presen ça no saber e no poder, o que vem exigindo novos modelos educativos e técnicas pedagógicas.

Finalmente, renovo o comentário de que as reflexões aqui apresen tadas não podem ser generalizadas a todas as CEBs. Haveria que pon derar também sobre outras tões que envolvem incompreensões e riscos, mas desejei privilegiar os fatores positivos.

Notas:

- 1) Dentre os trabalhos de minha auto ria que tratam do assunto, "Parâmetros sociológicos da inovação", in Garcia, W.E. (org.), Inovação Edu cacional no Brasil, São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1980; "Edu cação Popular e processo de democra tização", in Brandão, C.R. (org.), A questão política da educação popular, São Paulo, Brasiliense, 1980; vimentos sociais populares: aspectos econômicos, sociais e políticos", in Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1980.
- 2) Boff, Leonardo, É o povo que organiza para a libertação?", Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3/5/1981.
- 3) Gramsci, A., Obras Escolhidas, São Paulo, Martins Fontes, p. 36.
- 4) Wanderley, L.E.W., "Educação popu lar e processo de democratização", in op. cit., pp. 71-72

A"PERMANENTE EDUCAÇÃO" DOS FAVELADOS

Versão ampliada da conclusão da pesquisa Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1880-1980, promovida pelo IESAE/FGV/FINEP e desenvolvida pela equipe: VICTOR VINCENT VALLA, JORGE RICARDO GONÇAL VES, JORGE VICENTE MUNÖZ, PAULO ROBERTO DE ARAÚJO ABRANTES E RUTE MARIA MONTEIRO MACHADO RIOS.

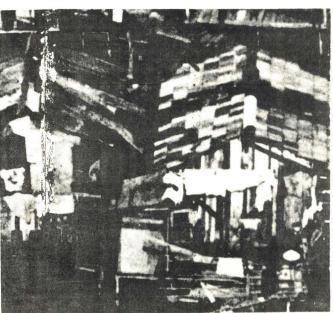
Por se tratar de uma pesquisa histó rica, nosso ponto de partida da in vestigação foi o presente. Na ocasi ão da elaboração do projeto (1977), o número de moradores de favelas na cidade do Rio de Janeiro, proximadamente um milhão. crescimento, se comparado ao população residente no "asfalto", era bem mais agudo. O núme ro de favelas havia crescido bastante, apesar do longo perío do de política remocionista rificado entre os anos de 1962 e 1974.

Não obstante a gravidade desses números na época, afora o trabalho de controle administrativo da Fundação Leão XIII, não havia uma única instituição pública com uma orientação planejada, que buscasse alternativas efetivas para a questão.

A ação da Igreja Católica, crian do a Pastoral das Favelas, e a resistência dos moradores do Vidigal apoiada por várias instituições de mocráticas, foi outro elemento da realidade que nos motivou a realizar esta pesquisa.

Havia e ainda há uma situação de im

passe. Por um lado, os favelados não desejam sair das favelas, mais que isso, reivindicam sua urbanização. Por outro, os interesses conflitantes da especulação imobiliária, do setor de turismo, enfim, do capital.



Nos propusemos então a desvendar os mecanismos de dominação da classe dominante, na forma de uma análise histórica dos múltiplos projetos e programas das principais instituições que se criaram em função do equacionamento da questão das favelas. Par

timos para realizar essa tarefa dan do atenção especial aos projetos de educação não convencional desde 1930 (*).

De acordo com nossas concepções favela, ou melhor, o processo de fa velização constante nas cidades é um produto social, não causa. Não po de ser entendido, sem que entenda mos as relações económicas, sociais e políticas, nas quais se inserem. Não é alheio a nossa sociedade. Con trastadas com as grandes mansões, na da mais são as favelas que a fiel re produção das desigualdades sociais, das desigualdades de classe.

Neste sentido, a questão habitacional é como se fosse a "ponta do ice -berg". Parte visível, aparente, no entanto, a parte mínima da questão. Ocultado pelo discurso técnico-administrativo, puramente habitacional, estão as raízes reais das favelas, sua parte maior, suas origens economicas, suas determinações políticas, enfim, as relações sociais estabele cidas historicamente.

Assim, se no período 1930/1945, a fa velização foi fruto basicamente das migrações, resultado das transformações econômicas dessa mesma fase, em outras conjunturas, após 1964, por exemplo, suas bases explicativas en contram-se no achatamento salarial incontido, na repressão desenfreada à organização popular e no vertigino so aumento do preço da terra urbana.

Face aos baixos salários, ao subemprego ou mesmo ao desemprego, enfrentados por um gigantesco e crescente setor da população, do município, ou de periferia próxima torna-se neces sário reduzir ao máximo os gastos necessários à sobrevivência física. E entre estes gastos a moradia é um ítem importante, seja pela habitação propriamente dita, seja pelo preço dos transportes para o emprego (e/ou atividades de sobrevivência), em geral caros e ineficientes.

Examinadas sob esse prisma, as fave

las são para os favelados uma estra tégia de sobrevivência. Uma saída, <u>u</u> ma iniciativa. Uma iniciativa que levanta barracos contra uma ordem ur bana desumana, segregadora, capita lista. Uma iniciativa de bom tom: busca resgatar uma cidadania usurpada. Desmistifica o mito de sua "apatia".

Contudo, no decorrer da pesquisa, o que fundamentalmente encontramos não foi isso. Mesmo em épocas diferen tes há pontos em comum. O problema é quase sempre visto como algo alheio à sociedade, algo fora do lugar. Em alguns momentos a solução foi a erra dicação pura e simples por motivos de higiene. Era encarado como um mundo de contaminação. Em outras épocas,os favelados eram considerados presas fáceis a "ideologías exóticas", cisavam educar-se. Na década 1950, "atrasavam" as metas desenvol vimentistas, precisavam integrar-se ao desenvolvimento social, deixando sua "apatia" de lado.

(*) Inicialmente, nossa preocupação principal, era de apreender a <u>a</u> ção das instituições nas favelas <u>a</u> través dos vários programas de educação não convencional. Contudo, nossas primeiras leituras da documentação demonstravam que frequentemente os programas não eram especificamente educacionais, mas sim,integrantes de ações ideológicas mais amplas.

A grosso modo, a distinção que faze mos entre educação e ideologia \acute{e} a seguinte:

- educação nessa pesquisa constata tamos que vários projetos promocio nais dirigidos aos favelados têm traços nitidamente educacionais,ou seja, têm uma metodologia, objetivos definidos e uma intervenção sistematizada.
- Ideologia conjunto de ideias e valores dominantes veiculados atra vés das várias instituições para toda a população.

O grande número de programas e múltiplas instituições que surgiram no de correr dos anos demonstram, sem dúvida, a insistência das autoridades em "educar" os favelados; mas essas muitas mudanças demonstram também a resistência dos favelados em aceitar as propostas e a capacidade deles em obrigar as instituições a recriá-las.

Assim sendo, as propostas das instituições podem ser sempre encaradas como respostas às iniciativas das camadas populares, embora se costume destacar a função de incentivo, de animação, de atuação dessas instituições. É incrível a resistência dos favelados aos programas promocionais, a ponto de obrigar as autorida des, frequentemente, a usar toda sorte de violência.

Observamos, concordando com outros au tores, que dependendo da conjuntura, mais autoritária, ou mais democrática, dependendo da organização popular favelada ser maior ou menor, o tratamento é mais ou menos duro. De qualquer forma é sempre um cidadão de segunda categoria. Um "invasor". Uma população potencialmente ilegal".

As favelas sempre foram tratadas como um problema habitacional delicado, a exigir soluções dentro de um "universo habitacional".

Mesmo nestes últimos dois anos, quando as autoridades estaduais e do go verno federal falam sobre política de urbanização, é possível detectar elementos idênticos aos da concepção acima descrita.

Estrangulados por uma crise econômica assustadora, fraturados quanto aos caminhos que a sociedade deve se guir, pressionados pelo ascendente processo de reivindicação popular, apoiados numa estratégia internacional, que passa a dispensar a maior atenção possível aos problemas urbanos do terceiro mundo, as elites do minantes têm acionado uma política social de aproximação das camadas populares.

No desenrolar dos fatos, a evolução da crise social se avolumou de tal forma que, ao governo, não restou ou tra alternativa que não procurar dirigir a "transição", ou seja, a for mação de um novo pacto social. A política de urbanização representa - e não nos esqueçamos que estamos num período pré-eleitoral - esse espaço titubiante de aproximação, de busca de bases sociais.

Mas, em que poderá resultar, uma política de urbanização que não coloca em primeiro plano a participação dos próprios moradores e que, nas condições atuais de inflação e desemprego, exigirá uma série de novas des pesas dos favelados? Esse filme já passou. Seu final, adiantamos: os a tuais moradores, por falta de condições de arcar com o pesado ônus de ser um cidadão de primeira classe, ce derão suas "novas residências" a outros, de melhores condições financeiras.

O projeto-Rio, iniciativa do Pro-Mo rar que tem sido tão alardeado atra ves de todos os meios de comunica ção, enquadra-se nessa situação. Mui ta promessa, pouca participação, pe sados custos para quem pouco ganha, essas são as principais cenas desse filme que, em reprise hoje, busca, acima de tudo, dividendos políticos para o naufragante partido do go verno aqui no Estado, o PDS.

Por seu turno, o governo estadual do Sr. Chagas Freitas, empenha-se, da mesma forma, em realizar alguns projetos, que pouço modificam a situação do conjunto dos favelados da cidade. Visam principalmente lubrificar a máquina chaguista, para que esta, em 1982, produza votos em abundância.

A equipe anterior da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por não ter se afinado com essas diretrizes foi afastada. A política que havia esboçado para as favelas, busca de uma real participação das comu

nidades, criação de zonas urbanas com códigos especiais e outros, esbarraram no clientelismo urbano do atual governador na sua sede de poder.

Mas cheguemos mais perto de como se passou essa estória toda ...

"APRENDENDO A COOPERAR"

A investigação realizada, embora es teja centrada no período compreendi do entre 1930 e 1980, procurou levan tar os antecedentes históricos questão, fazendo uma rápida incursão nos últimos anos do século XIX. sim, constatamos que dos fins desse século até 1945, o autoritarismo é a atitude predominante, havendo pouca discussão com as camadas populares faveladas sobre sua moradia. As deci sões eram unilaterais e a tônica das relações se revelavam na segurança e na arrogância das autoridades e seu desprezo pela sabedoria e opiniões dos populares favelados.

E no decorrer dos anos 40 que o núme ro de favelados começa a preocupar as autoridades e uma concepção de controle, além da força física, começa a ser pensada de uma forma esporadica. É o primeiro sinal de um outro tipo de tratamento dos favelados. As autoridades mudaram? O capitalismo se tornou mais humano? Melhor seria dizer: os favelados, pela sua presença massiva, obrigaram as autoridades a assumir uma outra postura.

O curto período de 1945 a 1947 é sig nificativo. São nesses anos que se i dentifica o estabelecimento de novas relações entre os favelados e as au toridades. O momento é de "redemocratização obrigatória", pois os resultados políticos da II Grande Guerra colocam a exigência da realização de eleições e a formação de partidos de todos os matizes. Não é mais possível, nem conveniente, usar apenas a força.

Saliente-se, por outro lado, que an

tes de 1945, quem pagava as despesas pela construção das habitações populares - já nessa época, insuficientes, é verdade - eram as autoridades governamentais ou os empresários. De pois de 1945, o processo de expansão do capitalismo no Brasil acarretou, entre outras coisas, a aceleração da importação de tecnologia poupadora de mão-de-obra e a estagnação econômica do campo, ao lado da necessida de de manter baixo os preços dos produtos alimentícios, que vão agravar o êxodo rural.

Tudo isso determinou um crescimento vertiginoso das favelas, que tornam-se assim uma realidade inegável pas sando a exigir outras formas de cap tação de recursos, que complementas sem as escassas verbas públicas des tinadas a enfrentar o problema.

A saída que se esboça é subir aos morros e ensinar o comportamento moral e social adequado. A partir das eleições realizadas neste ano, sob o pretexto de que os favelados estavam sendo manipulados por "ideologias exóticas", as autoridades formularam uma proposta educativa que visava en sinar-lhes que, com o esforço de sua mão-de-obra e dos seus recursos, se ria possível melhorar sua situação habitacional.

Passa-se, portanto, a difundir a <u>i</u> déia segundo a qual as contradições que, dia a dia, as camadas populares observam e padecem na cidade - bai xos salários, moradias precárias, falta de serviços básicos - são supe ráveis dentro do sistema capitalista.

A Igreja Católica alia-se ao Estado criando em 1947 a Fundação Leão XIII, que irá concretizar esta concepção. Na realidade este é o evento mais importante na política para as favelas que ocorre nessa conjuntura.

A passagem da experiência da Funda ção Leão XIII para a da Cruzada São Sebastião na década seguinte, repre senta a tentativa de superação da as sistência social e do mutirão. Em substituição, passa-se a dar um des taque ao trabalho de Desenvolvimento Comunitário, visando a integração dessa população, sua "cooperação".

Essa "cooperação" esperada modifica -se também de acordo com as conjuntu ras: numa época, "cooperação" quer dizer ficar na favela melhorada per to do emprego; noutra, "cooperação" quer dizer, sair da favela, ficar longe do emprego e ter que prestações pela casa própria. Essa é a razão pela qual não é possível com preender as relações dos favelados com os representantes do poder, não ser numa perspectiva de socieda de de classes, pois a categoria prin cipal para entender as propostas das instituições promocionais é direta ou indiretamente o conflito de inte resses entre as classes. É por essa razão ainda que os favelados nem sem pre aceitam pacificamente esta chama da à "cooperação".

Assim, na década de 30, as necessida des de "planejamento urbano" fizeram com que houvesse remoções. No entan to, a proliferação de novas favelas nesta mesma época impuseram a neces sidade da instituição de um Código de Obras (1938) que dava estatuto le gal à proibição da prática de "inva sões". Do mesmo modo, na década 40, como já descrevemos acima, a democratização, o crescimento indus trial a exigir mão-de-obra farta, ba rata e acessível tornou desinteres sante para as elites as remoções. Es sas condições proporcionaram o apare cimento da concepção de educação so cial. Na medida em que, esse modelo foi se esgotando, colocou-se, mais u ma vez, a necessidade de um realocamento urbano. Novamente, voltaram as remoções, quase 20 anos depois,

O que há de comum em todo esse processo? A nosso ver, não é tanto o mo vimento oscilatório, ação educacional relativa a períodos de abertura social, ou, ação nitidamente repressiva durante governos autoritários.

Inclusive, vale frisar, essa alter nância não é rígida, mecânica. Exis te a cada conjuntura, a convivência de propostas promocionais tes, como no forte período de remo ções, entre 1968 e 1973, em que CODESCO (Companhia de Desenvolvimen to de Comunidade) realizou projetos de urbanização em algumas comunida des. Para nós, o que se repete em to do esse processo é o fato de que os projetos dominantes sempre são feitos contra os interesses dos favela dos, ou, na melhor das hipóteses, para eles. Os favelados são sempre objetos de decisões. Quando muito, coadjuvantes. Nunca sujeitos da cida de, cidadãos.

Chamados a participar em projetos pré-estabelecidos, como o Projeto-Rio, cooperando assim, com sua im plantação, incentivados a realizar mutirões para alcançar benefícios so ciais em suas próprias comunidades, convidados a se afastar um pouco para a periferia da cidade, os habitan tes das favelas cariocas, no trans correr desses anos, vêm sendo "educa dos" a cumprir sua "vocação para a cooperação".

"Maus alunos", têm resistido. Têm en tendido, sabiamente, as lições pelo avesso. Têm procurado se organizar mais, para poder discernir melhor o demagógico, do que de fato lhes interessa.

Desde que o Prefeito Israel Klabim assumiu a administração do Município do Rio de Janeiro, em 1979, e o Sr. Chagas Freitas, o governedor do Esta do, um verdadeiro estardalhaço foi feito sobre a situação das favelas cariocas. Diariamente, os meios de comunicação dedicam algum espaço ao problema.

O impacto que esse rumor deve ter causado é o de que "desta vez vamos". Anunciava-se, com absoluta tranquilidade que as favelas seriam urbanizadas. Procurava-se enfatizar o caráter totalmente novo dessas promessas. Omitia-se que no passado, em

vários momentos, essas promessas já tinham sido feitas.

Dentro de um quadro de aguda crise sócio-econômica, imprensados e sur preendidos por um movimento operário e popular, assustados com os votos recebidos pelo partido de oposição no ano anterior, apesar dos casuís mos, as autoridades, as instituições que atuam nas favelas, passaram a re alizar o discurso da urbanização, com participação dos moradores.

Os métodos de desenvolvimento de comunidade e ação comunitária serão recuperados e re-adequados, tornando-se expressões obrigatórias e frequentes dos projetos oficiais das ações de bem-estar social.

Até mesmo o Projeto-Rio, plano de norme envergadura na área das fave las da Maré, segundo o Ministro do Interior Mário Andreazza. contaria com a participação dos moradores. A Fundação Leão XIII caberia a campanha de esclarecimento sobre o projeto e o contato com as lideranças comunitá rias. Com a criação da CODEFAM (Co missão de Defesa des Favelas da Ma ré) e os protestos imediatos não penas por parte dos moradores, como da Igreja, de técnicos e de associa ções profissionais, os favelados con seguiram ter um pouco mais de parti cipação, Irrisória, sem dúvida, pois a proposta na sua essência era auto ritária. Receberam a proposta pronta. Na verdade, as autoridades premidas pelo momento político global tiveram que dar algumas "explicações", acei tar algumas sugestões através de con sultas, mas que, em nada mudariam a feição do projeto.

Do mesmo modo, a Secretaria de Desen volvimento Social da Prefeitura, as sociada à UNICEF, órgão internacio nal ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), inicia na favela da Rocinha, um trabalho nos setores de sa neamento básico, saúde e educação.

Trata-se, na atualidade, da estratégia seguida por instituições que r<u>e</u> presentam o capital internacional, visando tornar menos explosiva a questão urbana nos países do terceiro mundo.

Criando equipes comunitárias com as próprias lideranças das comunidades, identificando sistemas informais sobrevivência, essas instituições procuram assumir um papel de mediado ra entre as reivindicações populares e o Estado. Funcionam como amortece dores dos anseios da população. tam esvaziar o caráter reivindicató rio da ação das comunidades. Desmobi lizam-nas. Conhecendo-as minuciosa mente, cooptando lideranças, dão uma enorme capacidade de controle sobre essas áreas aos órgãos públicos internacionais.

Esses métodos, por outro lado, permi tem a realização de algumas melhori as da forma mais econômica possível, já que se aproveitam integralmente os recursos locais, materiais e manos, deixando o Estado "a vontade" para continuar investindo macicamen te em áreas mais "rentávois". Garan tem e dinamizam o acúmulo de capital. No fundo, reforçam a ideia que os favelados, por serem res", cidadãos em condições ilegais, que não pagam impostos, não têm di reito aos benefícios urbanos que tros setores da população possuem. Por isso, devem construir seus barra cos, criar condições de moradia, por suas próprias mãos. Dupla exploração da forca-de-trabalho:constroem a ci dade e a fazem funcionar e ainda têm que construir suas próprias cões e implantar os serviços básicos de saneamento em suas favelas. É a extensão da exploração até o local de moradia. Assim, dá-se o caráter classista de ação do Estado, que pri vilegia apenas as áreas valorizadas onde moram as elites, despejando dos seus recursos nessas regiões.

Ainda quanto ao caráter de participa ção, para nós, restringiala a participação local representa um reforço de uma organização social que sempre manteve a população menos favorecida distante das esferas de decisão. Le gitima-se uma situação em que a so ciedade civil é extremamente frágil pois não "toca" as áreas onde o poder se realiza.

Por trás dessa visão, existe uma déia de que os setores populares são despreparados, incapazes de gover nar, e que essas funções devem realizadas por uma elite iluminada. que dispõe de condições de conduzir a sociedade como um todo. Acreditam na capacidade de organização e condu ção da população, no que toca suas condições de vida local.No entanto , quando essas questões extrapolam es se âmbito, a "saída" é encaminhar as autoridades competentes, que esta rão à disposição e em harmonia com os interesses locais, como se nossa sociedade fosse harmoniosa.

Mesmo supondo que as autoridades em penhem-se e consigam algumas melhorias, estas são questionáveis do ponto de vista de conscientização dos moradores, já que estarão reforçando uma passividade, retirando o papel de sujeito de suas ações e (re) criando uma imagem já tão difundida de mistificação do poder público.

A grande lição que os favelados têm aprendido nesses anos todos é que o fundamental é que se unam para ser uma força organizada. Para que pos sam dizer a cada momento o que dese jam e o que não lhes interessa. Que tipo de urbanização lhes serve. Para que não sejam "presenteados" com projetos de urbanização que escapem ao seu controle, que estejam acima de suas condições financeiras. Projetos de urbanização que se tornam "urbanizações removedoras", como alguns pes quisadores têm denunciado.

Finalmente, gostaríamos de sublinhar, que essa reconstrução histórica das relações das instituições promocionais com os favelados desde o início do século, demonstra que, até os dias de hoje, não houve nenhum projeto institucional que beneficias se a causa dos favelados, mas pelo contrário, os projetos desenvolvidos sempre prejudicaram os interesses dos favelados. Mais especificamente, serviram para a reprodução da acumulação de capital e o controle ideológico.

E nesse "prejuízo de gerações de fa velados" que a educação, principal mente na sua forma mais fluída, a e ducação extra-escolar, cumpriu um papel preponderante, ou seja, de tentar fazer com que os favelados apren dessem que sempre a melhor solução foi tentada, de que as autoridades sempre tentaram fazer tudo ao seu al cance.

SINDICALISMO: O DESAFIO DA UNIDADE

FERNANDO PIRES PEIXOTO

O autor faz parte da equipe FASE/Rio.

A reemergência do movimento sindical no Brasil, enquanto força social <u>a</u> tuante depois de um longo período de inércia, verifica-se com a greve de maio de 1978, em São Bernardo do Cam

po. Até então as lutas cais haviam se mantido extrema mente localizadas e, na maioria dos casos, confinadas planta das fábricas. Ao final de 1973 o movimento mostrou seus primeiros sinais de reani mação, com a rearticulação correntes sindicais combativas e autênticas, assim compreen dendo aqueles que se opõem estrutura sindical vigente buscam constituir um novo sin dicalismo, massivo e democrá tico. Fazendo parte deste pro cesso de acumulação de forças ocorrem as greves tartarugas, as lutas por abono e antecipa ção salarial, a maior participação das massas no sindicato,

fatores que, articulados a outros, conjunturais (1), extremamente importantes, vão explicar o formidável as censo verificado no primeiro semes tre de 1978, com as greves do ABC na cidade de São Paulo.

A intensificação das lutas econômicas dos trabalhadores veio acompanhada de um crescimento de sua participação na vida dos sindicatos. Esta participação está, ainda hoje, longe



de ser organizada e permanente, mas, durante este período, não só a sindicalização cresceu, como a presença nas assembléias chegou em determinados momentos a atingir níveis superiores aos encontrados antes de 1964.

Excetuando-se São Bernardo, cujas as sembléias foram gigantescas, a cam panha salarial dos metalúrgicos de SP em setembro, outubro e novembro de 1978 contou três assembléias com respectivamente 7000, 20000 e 30000 metalúrgicos. Outros Estados, principalmente RJ e MG, também apresenta ram sinais claros de reanimação do movimento sindical.

Essa reanimação das lutas trabalhis tas vem provocando modificações portantes no plano das direções dicais. Se no governo Médici (1970/ 1974) quase todas as direções sindi cais eram ocupadas por elementos francamente favoráveis ao regime ao quadro existente da paralisação da vida sindical ou se encontravam sob hegemonia de posições vacilantes e conciliadoras, hoje, os sindicatos apresentam uma situação diferente.Em importantes sindicatos do país, lide ranças pelegas foram destituídas pe las correntes sindicais combativas. Em outros casos, dirigentes não defi nidos politicamente acompanharam avanço do sindicalismo, vindo pou co a pouco a radicalizar suas ções. Mesmo os setores mais próximos ao regime e ao patronato, no interior dos sindicatos, foram muitas vezes o brigados a mudar seu discurso no sen tido de adequá-lo à nova conjuntura política.

ALGUNS MARCOS

O marco mais visível desta mudança ocorreu no congresso da CNTI - Confe deração Nacional dos Trabalhadores na Indústria -, realizado em junho de 1978, cujo objetivo principal foi "justificar uma série de medidas que o governo militar estava introduzin do na área trabalhista com a nova CLT, com a participação dos trabalhadores" (2). Estas novas medidas eram as propostas do projeto de dis tensão para as classes subalternas, principalmente a classe operária, e configuravam-se enquanto uma resposta às greves de maio no ABC paulista. Entretanto, as lideranças sindicais emergentes hegemonizaram um am plo e hetereogêneo bloco de entidades sindicais, que impuseram uma der rota política significativa ao mais abalizado porta-voz do peleguismo no Brasil, o Sr. Ary Campista, presidente da CNTI.

O ano de 1978 assistiria também o en volvimento maciço desse novo sindica lismo nas eleições de novembro para o congresso e câmara federal, nas quais o governo sofreu uma contunden te derrota, pois o único partido de oposição permitido, o MDB, e em particular o seu setor autêntico, com notó rias ligações com os sindicalistas combativos, obteve votação expressiva.

É significativo lembrar que esse qua dro começa a se alterar sem a ocor rência de modificações dignas de gistro na legislação trabalhista(3). Conquanto ilesa toda a super-estrutu ra legal e tendo ainda o Estado o re curso da aplicação da lei de Seguran ça Nacional, o movimento sindical vai assumindo características prias, procurando quebrar as corren tes que o prendem e submetem ao Esta do. do qual deve deixar de ser mero colaborador passivo, postando-se forma crítica e eminentemente reivin dicatória (4).

Se o congresso da CNTI marcou o apa: recimento de uma oposição às orienta ções governamentais, o congresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúr gicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo, realizado em outubro de 1978, buscou sis tematizar um conjunto de propostas destinadas a reformular as relações de trabalho calcadas na autonomia e na liberdade sindical, procurando re forçar o direito de greve, a possibi lidade de contrato coletivo de traba lho e um sindicalismo que, baseado numa estrutura unitária de representação, organize os trabalhadores nos locais de trabalho. Repudia, portan to, o pluralismo sindical, na medida que afirma a necessidade dos trabalhadores virem a construir uma central sindical única.

Muitas destas propostas já sendo ventiladas no interior do movi mento sindical. A novidade, neste mo mento, é que elas se transformavam em bandeiras de luta do principal sindicato do país, encravado no se tor de ponta do capitalismo brasilei ro e responsável pelas mais massi vas e bem organizadas greves da história recente do movimento operário brasileiro. Setor que foi responsável pela irradiação do sindical a todo país, vindo a influ enciar grandes parcelas das massas trabalhadoras a partir de suas vas experiências de organização por sua plataforma de lutas.

Os passos dados em 1978 consolidam -se no ano seguinte, durante o X Con gresso dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Brasil, realiza do em Poços de Caldas, Minas Gerais, de 4 a 9 de junho de 1979. Neste en contro as posições mais avançadas conseguem inegavelmente uma grande vitória, ao repudiarem in totum o an teprojeto da CLT enviado pelo gover no ao Congresso Nacional, por consi derar que esse reforça a estrutura sindical vigente. Além disso, decide pedir ao Congresso o boicote ao ante projeto e criar, a nível nacional, uma comissão que, em conjunto as demais categorias profissionais, estude e proponha um código nacional do trabalho baseado nos interesses dos trabalhadores.

Em Poços de Caldas é, também,reafirmada uma tendência que já se esboça ra no encontro da CNTI no ano anterior (1978), no sentido de relacionar o movimento sindical às questões relevantes da conjuntura política brasileira, tais como: anistia am pla, geral e irrestrita, liberdade política, fim da Lei de Segurança Nacional, etc. Mas, se no Congresso da CNTI, apesar de sua diversidade, o

segmento mais expressivo do movimen to sindical se encontrou unido, em Poços de Caldas apesar dessa unidade face ao peleguismo continuar se verificando, algumas fissuras já se manifestam, dado que as lideranças passam a se posicionar de forma dife renciada no plano partidário.

No encontro realizado dois meses pois,em Gragoatá,congregando 286 . entidades sindicais de todas as cate gorias existentes, embora o documento final tenha sido consensual, na me dida que traduzia uma crítica profun da ao modelo econômico implantado no país depois de 1964 e à instituciona lidade política do regime, em particular a seus mecanismos de representação das classes subalternas em ter mos corporativos e políticos, as lide ranças sindicais novamente se polari zaram em torno de questões políti cas como: convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e parti cipação nos partidos existentes.

A atitude do governo durante o ano de 1979 foi deixar cair no esquecimento a reforma da CLT e procurar combinar uma postura repressiva mais intensa com a introdução de mecanismos legais que incorporassem, ainda que reinscrevendo, algumas propostas do movimento sindical. Isto explica a nova lei salarial de nº6.70%/79, que entrou em vigor em novembro de 1979, passando a conceder reajustes semestrais aos assalariados, numa clara tentativa de refrear o impeto do movimento grevista.

Embora o governo procure explicar a queda verificada no índice de greves ocorridas em 1980 através da nova política salarial, Maria Hermínia Tavares de Almeida coloca que a questão maior que conteve o crescimento do movimento grevista foi a dificuldade de adequar à disposição de luta dos trabalhadores "formas de organização capazes de democratizar o sindicato e torná-lo mais sensível às variações da temperatura social" (5). Isto te ria acarretado uma certa rigidez da

ação sindical, pois, a inexistência da organização sindical nos locais de trabalho levou a duas ordens de problemas: "o primeiro pos-se manifesto na decretação de greves inviáveis por não contar com a disposição da luta do conjunto dos trabalhadores. O segundo problema colocou-se quando a propria magnitude da participação de massas tornava difícil o recuo e a negociação, encaminhando o movimen to grevista para o enfrentamento com o patronato e o governo" [6].

Concordamos, em parte, com Maria Her mínia, pois a queda verificada no índice de greves ocorridas em 1980 com relação aos anos anteriores deve ser explicada não só a partir da relação dos dirigentes sindicais com suas bases, mas também a partir das respostas dadas pelo regime aos trabalhadores, e também, neste sentido, à conjuntura política mais geral do país.

A questão central para esta nova <u>e</u> tapa de luta sindical, segundo seus próprios atores, é a necessidade de recolocar a questão da institucionalidade do movimento sindical e os termos das suas relações com o patro nato e o Estado. Estas relações estão normatizadas por uma legislação que, por um lado, vincula os sindicatos ao Estado e, por outro, cria mecanismos excludentes em termos de participação na sua gestão (7).

Contra esta legislação é que se vol tam as baterias das correntes sindicais mais combativas, e a questão que passa a se colocar, então, é co mo o movimento sindical pode acumular forças no sentido de intensificar suas lutas reivindicatórias e intervir na conjuntura do país. Se considerarmos que o modelo econômi co, implantado no Brasil, a partir de 1964, implicou na regulação da so ciedade civil, na subordinação seus organismos mais representativos, em particular as instâncias de representação corporativa das clas ses subalternas, verificaremos que

essa luta atual resvala rapidamente para o terreno do político, para as relações Estado/sociedade, na medida em que tende a colocar em tão as formas e os processos pelos quais vêm sendo representados os in teresses das classes trabalhadoras. Isto esclarece a presença de temas referentes ao regime político país nos mais diferentes encontros sindicais, e o surgimento no inte rior do movimento de formas de articulação não previstas na CLT, permitissem uma articulação mais cons tante dos sindicatos.

UNIDADE SINDICAL

Neste sentido a primeira tentativa de articular os sindicatos independentemente do seu ramo de produção nasce após o congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, em junho de 1978, no Rio de Janeiro, com o nome de Unidade Sindical.

Essa articulação representou na prática uma ruptura com a legislação oficial que impede a realização de en contros intercategorias e a formação de organismos permanentes, reeditando, num certo sentido, uma experiên cia tradicional no movimento sindical brasileiro, a das articulações intersindicais. A sua predecessora mais importante, aliás a única articulação existente desde o golpe de 1964 até 1978, foi o MIA (Movimento Intersindical Anti-arrocho) que ter mina com a violenta repressão às gre ves de Osasco e Contagem em 1968.

Esta nova articulação visava congregar de forma permanente o conjunto de sindicatos que, durante o congres so da CNTI, tinha se oposto às diretivas oficiais e interpelado o Sr. Ary Campista, presidente da CNTI.

Esta primeira articulação, devido a sua heterogeneidade, não continha, como não contém até hoje, um programa mínimo. Seus primeiros integram

tes uniam-se mais por oposição sindicalismo oficial e ao direciona mento dado pelo governo as questões trabalhistas, do que por afinidades programaticas. Suas definições ram de aspectos mais gerais, que desde a questão da necessidade unificar o movimento sindical fren te ao regime até a construção dos pressupostos para um sindicalismo unitário. A propria Unidade Sindical define-se enquanto apartidária e a berta a qualquer sindicato, o que nao impediu que em seu interior al gumas propostas políticas tivessem u ma predomináncia muito forte, o que posteriormente configurar-se-a quanto um foco de atritos constantes com outras correntes ali representadas e que, futuramente, irão buscar outros mecanismos de articulação.

A resposta do governo a proposta da Unidade Sindical, não tardou. Ainda no segundo semestre de 1978, quando esta fazia suas primeiras reuniões, o Ministério do Trabalho baixou taria de nº3.337, de 8/9/78, vedando associação de caráter intersindical. Em seus considerandos, o texto portaria esclarece que a legislação sindical em vigor não prevê articulações de categorias de ramo de pro dução diferente e adverte "que se es boçam tentativas de unir sindicatos ou grupos de categorias, com objetivos de criar comando único de traba lhadores ou pactos de ação comum".

Independentemente da legislação, a Unidade Sindical continuou se organizando. Passados mais de dois anos, ela alcançou um número significativo de Sindicatos e Federações das mais distintas categorias. Está organizada no Estado do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal, e em fase de organização ou com possibilidade de se organizar no Ceará, Paraná e Bahia.

Podemos considerar, num certo sentido, que essa articulação instaura duas fissuras no interior do movimen to sindical. A primeira pelo fato de se configurar enquanto uma articu lação paralela e semi-legal, a aliena de setores sindicais depen dentes do Estado e temerosos de se verem envolvidos em associações ilícitas do ponto de vista da legalidade vigente. Tendeu, assim, a agrupar os setores mais combativos do movi mento sindical, já com uma tradição de luta acumulada e em última instân cia vinculados às oposições políti cas ao regime. A outra deve-se ao fa to de só abarcar em seu interior di retorias de sindicatos, federações e confederações, enfim, sindicalistas investidos na direção de entidades, deixando de contemplar articulações e grupos de trabalhadores que, desde alguns anos, organizavam-se em tâncias não oficiais de articulação, conhecidas enquanto "oposições dicais".

OPOSIÇÕES SINDICAIS

As "oposições" baseavam-se grosso-mo do em três pressupostos para se articularem fora dos sindicatos:

- 1) Por considerarem os sindicatos"ca misas de força", impostas aos traba lhadores no sentido de cercear, des virtuar e controlar a classe opera ria;
- 2) Caberia, então, organizar os trabalhadores nos locais de trabalho, nas bases, como única maneira de evitar sua manipulação e escapar ao controle do Estado.
- 3) Por fim, consideravam que a derru bada da atual estrutura sindical,pas saria por fora e por dentro dos sindicatos.

Este movimento se localizou basicamente em São Paulo, no início dos <u>a</u> nos 70. Muitas de suas teses corres pondiam a um momento de intensa <u>repressão</u> e cerceamento à participação sindical, com o sindicalismo oficial predominando na maioria das entidades. O principal reforço a esta cor

rente partiu de certos setores da I greja Católica, que desenvolviam a tividades de grupalização de operários a partir dos bairros, e que pas saram a ser, então, elementos difusores desta proposta para outras a reas do movimento sindical, tais como Pará, MG, ES, etc. O seu epicentro, no entanto, continua em São Paulo, na Oposição Sindical Metalúrgica.

Muitas de suas teses viram-se desmen tidas pelo ascenso verificado em 1978 no ABC. Pois este se deu numa em que as oposições inexistiam quanto força expressiva e passou, en quanto movimento de massas, pelas en tidades sindicais. Isto levará a que muitas forças paulatinamente reti rem seu apoio a este tipo de articulação e passem a engrossar as fileiras de outros alinhamentos. No tanto, muitas de suas concepções neralizaram-se e, num certo senti do, tornaram-se consensuais nas correntes mais combativas, principalmen te, a questão da organização dos tra balhadores nos locais de trabalho e o repúdio a estrutura sindical.

As divergências passam a se dar prin cipalmente naquilo que diz respeito a forma como os trabalhadores devem se organizar, e quanto ao tipo de a lianças que devem privilegiar, na sua luta por um sindicalismo livre. A a titude que as oposições sindicais passam a ter com relação à Unidade Sindical é um exemplo disto. Já no i nício de 1979, portanto passados pou co mais de seis meses da articula ção da Unidade Sindical, iniciam os contatos no sentido de articular um encontro nacional das sindicais", procurando organizar for cas em termos nacionais e buscando se situar enquanto uma alternativa específica de articulação. Fundamentam sua divergência com a Unidade em termos dos critérios que devem presidir qualquer articulação, afir mando a necessidade de alinhar "sindicatos de oposição" (8) e grupos informais de trabalhadores combati vos; e, por outro lado, negando

necessidade de quaïquer aliança com os setores da oposição partidária le gal ao regime. Os preparativos para a realização deste encontro transcor rem durante o segundo semestre 1979 e culminam aos 19 de janeiro de 1980, quando, em São Paulo, realiza -se a primeira reunião preparatória para o encontro nacional das ções. Nesta ocasião, alguns sindica listas presentes encaminham a proposta de alterar o carater do encontro, procurando flexibilizar seus crité rios de participação, no sentido permitir a presença de um maior núme ro de sindicatos, principalmente os da chamada corrente autêntica. A par tir daí nasce uma outra articulação que vai se desenrolar no ano de 80, sob a sigla de ENTOES (Encontro cional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical).

ENTOES

Deve-se observar que o grupo de sin dicalistas, reunido em torno do ENTOES, identifica-se mais em função de posições contrárias a setores he gemônicos no interior da Unidade Sin dical do que por apresentar visão co mum em relação ao trabalho sindical. Podemos caracterizar, pelo menos, dois tipos de propostas diferenciadas.

A primeira aponta para o desenvolvimento do trabalho sindical com o jetivo de formar um sindicalismo vre e representativo. Isto seria re sultado do trabalho de organização e mobilização, combinando a utilização dos sindicatos oficiais, as atividades nos locais de trabalho, as novas e originais formas de luta e organização criadas pelo movimento (comis são da mobilização, comandos de ve, etc...). Seria a afirmação se sindicalismo novo, combativo, de mocrático e de massa, que poderia a pontar para a formação de uma tral Única dos Trabalhadores, pendente, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo.

Ainda como parte desta proposta, de fende-se a participação na chamada U nidade Sindical, com o objetivo de garantir a democratização da vida sindical e promover a participação das bases na construção da entidade Nacional de todos os trabalhadores.

A segunda proposta também aponta pa ra a democratização da vida sindi cal. No entanto, os seus critérios quanto ao trabalho no interior sindicatos são razoavelmente diferen tes. Não existe uma determinação ri gida de que o trabalho deva ocorrer no interior do aparato sindical. Nes te sentido, abre-se espaço para que se costuma chamar de paralelismo sindical, considerando-se que esta proposta pode dar margem à constru ção de entidades paralelas as que já existem oficialmente. Esta visão vai se traduzir, ao nível da discus são no interior do ENTOES, de forma a transforma lo em uma entidade cional de trabalhadores que apresentam uma visão sindical "combativa".

O processo de discussões, que passa por encontros regionais e culmina com o ENTOES nacional, não tem pros seguimento posterior. A corrente que defendia a transformação do ENTOES em uma "mini" entidade sindical, vido aos critérios tirados para es te encontro, foi super representada e saiu vitoriosa. No entanto, como esta situação não refletia a sua for ca real ao nível de direções sindicais. as demais correntes não encami nharam as decisões aprovadas. Este desfecho contribuiu para a são das forças articuladas em torno do ENTOES.

CONCLAT

As diferentes clivagens no interior do movimento sindical também obedecem a parâmetros políticos os quais consideramos secundários para efeito do texto. O que vale destacar é que nenhum destes diferentes alinhamentos foi capaz de elaborar um

projeto concreto de substituição da atual estrutura sindical. Na Verda de, o grande fator estimulante foi o processo de polarização agudo, que passou a existir no interior do mo vimento sindical e que se expressava na acirrada disputa pelas diretorias sindicais e, principalmente, o fato de, em 1979, a Unidade Sindical ter definido a necessidade de realização em 1980 de uma Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, a CONCLAT.

Esse encontro, segundo algumas postas, deveria em linhas gerais bus car uma posição conjunta do movimento sindical com relação ao Direito do Trabalho, Previdência Social, Po lítica Salarial e Económica, Sindi calismo e Questões Nacionais. Estes dois últimos ítens tendem a ser bas tante polêmicos, na medida que colo cam questões referentes à organização sindical, em particular à questão de uma central única dos trabalhadores, e buscam sítuar o movimen to sindical em termos das questões mais candentes colocadas pelas oposi cões políticas, tais como a questão partidária, Assembleia Nacional Cons tituinte, etc.

A CONCLAT sofreu sucessivos adiamen tos durante o ano de 1980, e ainda hoje debate-se com questões referen tes a sua data de realização e critérios de participação (9). certo sentido, os diferentes tros, realizados a partir do segundo semestre de 1980, seja Unidade Sin dical, ENTOES ou Oposições, visaram em muito "cacifar" forças, prevendo uma luta aguda para hegemonizar a CONCLAT. Pois, a conferência tende a centrar-se na questão da construção de uma central trabalhista e as posi ções a este respeito variam desde o pluralismo sindical, defendido algumas "oposições", até a defesa de uma central unitaria.

Estas diferentes posições têm seus principais porta-vozes no eixo Rio-SP-BH em torno do qual tende a gravitar o conjunto do movimento sin dical brasileiro - o qual deve forme

cer a maior parte, ou pelo menos a mais expressiva, dos sindicatos que vão participar da CONCLAT, com exce ção das áreas rurais. Se houver um grau de consenso elevado, entre sindicalistas destas três regiões, a respeito da resolução dos temas a serem tratados, é bem possível o governo defronte-se com um obstácu lo bastante expressivo aos seus pósitos com relação ao trato das classes trabalhadoras (10). Pois.bem ou mal, será difícil, no plano Congresso, conseguir passar projetos referentes à área trabalhista sem o aval dos partidos de oposição. Cabe considerar, também, que 1982, em princípio, é um ano eleitoral, frente ao qual os partidos e o próprio governo têm de considerar suas atitudes frente às classes trabalhadoras.

A situação pode, no entanto, ter resultados distintos, caso esta conferência aprofunde as clivagens existentes hoje dentro do movimento sindical e seja incapaz de apresentar respostas efetivas e exequíveis para as relações de trabalho.

NOTAS E BIBLIOGRAFIA

- (1) Por volta de 1977 a Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo, representando 33 sindicatos e 650.000 trabalhadores, exige do governo a reposição salarial dos índices manipulados em 1973. A inflação apresentada oficialmente, na época, como de 13,7%, fora na verdade para mais de 26%, conforme estudo do Banco Mundial.
- 2) Consciência Operária e Luta Sin dical - pág. 42 - Abdias José dos Santos (pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí) Ed. Vozes, 1980.
- (3) Continuava em vigor a CLT, com seu título V disciplinando a or ganização sindical, nos mesmos mol des corporativo-facistas implantados em 1939; o título VI tratando das convenções coletivas de trabalho forma do fixado pelo decreto-lei n ? 229, de 1967; o título X cuidando do processo judiciário do trabalho, dos dissídios individuais e coletivos, a lém da lei do FGTS, proporcionando amplas e irrestritas facilidades dispensa, da lei nº 4.330, de 1964, impossibilitando a greve de natureza reivindicatória, da lei nº 6.147 1974, com o fator obrigatório de rea juste salarial, e assim por diante.
- (4) Ata do Congresso Nacional dos <u>Me</u> talúrgicos.

- (5) cf. "Tendências recentes da nego ciação coletiva no Brasil" (ver são provisória preparada para a reu nião do grupo de trabalho sobre MOVI MENTOS LABORALES, CLASCO, México, mimeo), p. 22 - Maria Hermínia T. de Almeida.
- (E) ibidem, p. 22.
- (7) "Esta legislação, ou a Consolida ção das Leis do Trabalho que é a herdada do Estado Novo, está basea da nos sindicatos, na Justiça do Tra balho e na Previdência Social, sendo que esta última foi, em 1966, defini tivamente separada dos controles dos trabalhadores, quando da junção todos os institutos de assistência e pensão no Instituto Nacional Previdência Social. O Ministério Trabalho tem controle decisivo formação, reconhecimento e funciona mento dos sindicatos. Os sindicatos detém o monopólio da representação dos diversos grupos profissionais.Es se Monopólio é calcado em três princípios básicos:
- O Sindicato é único, e só ele é re conhecido pelo Estado como repre sentante de cada categoria profissional;
- A filiação é voluntária: embora to dos os trabalhadores da categoria paguem o imposto sindical obriga tório, só aqueles que desejam e pa

- gam taxas extras são considerados membros do sindicato;
- O Sindicato representa a todos quer sejam membros ou não do Sindicato.

Qualquer grupo de trabalhadores pode formar uma associação, mas só o sindicato pode promover acordos coleti vos. Para tornar-se sindicato uma as sociação deve reunir um terço da tegoria e solicitar autorização do Ministério do Trabalho através do "Enquadramento Sindical", o plano chefe do Ministério do Trabalho. É o enquadramento Sindical que determina que trabalhadores, em que jurisdição podem se organizar em sindicatos. Dessa forma a CLT impede a zação por firmas ou indústrias.

Garantido o reconhecimento jurídico do Sindicato pelo Estado, está garan tida a sua sobrevivência econômica, já que o Ministério do Trabalho re passa o imposto sindical coletado na categoria: 80% para o sindicato 20% para a federação e confederação referente à categoria em questão e para o Ministério do Trabalho. O im posto é referente a um dia de traba lho por ano de cada trabalhador Brasil e é coletado diretamente folhas de pagamento das empresas enviados ao Ministério do Trabalho, constituindo fundos que são controla dos pelo governo e não podem ser usa dos para greves. Entretanto, trabalhador quiser usufruir dos ser viços assistenciais do sindicato tem que pagar a mensalidade.

A hierarquia do trabalho consiste de sindicatos, federações e oito confederações nacionais. No sindicato as lideranças são eleitas pelos membros, nas federações e confederações sua diretoria é eleita por delegados, estes por sua vez indicados pela diretoria dos sindicatos.

Através da manipulação de votos as federações e confederações tendem ne cessariamente a permanecer, em sua maioria, nas mãos de representantes

- simpáticos à lógica oficial. A CLT não admite a possibilidade de uma central operária, só admite as articulações verticais por ramo de produção.
- O Ministério do Trabalho pode intervir em Sindicatos, Federações e Confederações, pode vetar candidatos, de por diretorias eleitas e até dissolver o Sindicato revogando a sua carta." cf. Amaury de Souza, Bolivar Lamounier: Escaping the Black Hole, Government Labor Relations in Brazil in the 1980's (mimeografado) Rio de Janeiro, TUPERJ, 1980, pag. 14-16.
- (8) Isto é "sindicatos ocupados por diretorias que não tenham compro missos com esta estrutura sindical e lutem pela extinção desta" - conforme o programa da Oposição Sindical.
- (9) Um conjunto de sindicalistas, que fez parte do ENTOES, dando pros seguimento aos seus debates a nível nacional, realizou, em 11 de janei ro de 81, em São Paulo, uma reunião que teve como principais resoluções:
- A formação de uma comissão de dirigentes sindicais com objetivo de articular o conjunto de sindicalis tas, visando organizar uma plenária nacional para fevereiro. O objetivo é para que nesta reunião saia uma coordenação para preparação e avaliação da CONCLAT e que esta seja realizada em agosto de 1981.
- (10) O governo, que vem sendo contrário a formas unitárias de organização dos trabalhadores, elaborou um projeto de reformulação da legis lação sindical, que, segundo o ministro do Trabalho, Murilo Macedo (em entrevista ao Jornal O Estado de São Paulo de 08/12/80) visaria corrigir "as deficiências mais graves da CLT": "inexistência de autonomia sindical, ausência de regulamentação do direito de greve, falta de ênfase na negociação coletiva, (...) dependência dos sindicatos da contribuição (imposto) sindical ...". Além disso,

é interessante lembrar que o deput<u>a</u> do Walter Chiarelli(PDS-RS), em projeto apresentado sobre a reformul<u>a</u>ção da legislação do trabalho diz em

seu ponto "d" "se o modelo que se <u>e</u> rigir na legislação a ser elaborada inspira-se em princí**p**ios democrát<u>i</u> cos, não se poderá fugir da garantia da pluralidade sindical".

A CPT E O MOVIMENTO SINDICAL

CPT - PARANÁ

Texto publicado no boletim Poeira da CPT-PR de julho/81 nº 16.

Desde o seu surgimento, a CPT/PR sumiu em suas atividades diversas funções sindicais, isto é, ligadas diretamente às lutas reivindicativas dos trabalhadores por lhores condições de vida. Nas contra as Notas Promissórias Rurais (NPR's)(1), contra a política propriatória da binacional por melhores condições de comerciali zação dos suínos, o papel da CPT foi fundamental. Algumas vezes este pel exerceu-se em colaboração com os sindicatos, como, por exemplo, na mo bilização recente dos suinocultores do Oeste e do Sudoeste do Em outras ocasiões (no início da ganização dos desapropriados por taipu, da mobilização dos pelas NPR's e mesmo recentemente no preparo da CCT) (2) houve e até mesmo conflitos com dirigentes sindicais. Estamos perfeitamente cons cientes de que estes problemas prejudiciais ao povo. Sempre que CPT e o movimento sindical caminham juntos, a organização dos trabalhado res sai fortalecida e sempre que separam, é o povo que perde com so. Mas nós da CPT não podemos omitir diante de atitudes de dirigen tes sindicais que muitas vezes,

prática do dia-a-dia parecem-nos <u>e</u> quivocadas. Não podemos, sob o <u>pre</u> texto de não dividir o movimento, fe char a boca diante destas atitudes.

Mas quais são os critérios de nossa atuação? Como concebemos a nossa re lação com o movimento sindical? Ha tempos vimos discutindo sobre este assunto e, com base na nossa experiência (que é limitada e está portanto sujeita a críticas), expomos aqui algumas de nossas conclusões.

UMA BREVE ANÁLISE

O fato da CPT assumir algumas funções sindicais (fato que encaramos de maneira crítica) deve-se a nosso ver a três determinações:

1º- A CPT (e a Igreja de forma ge ral) dispõe de uma quantidade relativamente grande de quadros preparados e disponíveis para o trabalho junto ao povo. São pessoas com uma certa formação intelectual e política, ain da que precária, sem dúvida, mas infinitamente superior a dos quadros à disposição do movimento sindical (em geral os presidentes de sindica tos, algumas vezes os secretários e

os advogados). Muitas destas pessoas, os agentes, são profissionais per manentes deste trabalho. Além disso, a Igreja, ao contrário do que ocor re com o movimento sindical, não es tá submetida direta e organicamente ao Estado. Suas mãos são mais vres. É claro que o agente de pasto ral esta as regras, a disciplina e portanto às limitações que impõem a hierarquia e a propria estrutura da Igreja: mas os dirigentes sindicais atuam no quadro do sindicalismo cor poratista de um Estado autoritário e repressivo. Os limites objetivos a sua atuação são portanto maiores.

2º- A atual geração de agentes de pastoral foi formada no quadro da renovação da Igreja em escala dial, renovação esta que atingiu o Brasil de forma particularmente pro funda. Esta renovação moveu-se, essencial, em torno de duas idéias básicas;

- a) por um lado a da importância trabalho de base. A Igreja deve ria transformar-se em uma organi zação profundamente ligada ao po vo, aos seus problemas do dia-adia. A formação de uma Igreja na base dependia da ligação entre fé e vida. E era impossível ligar fé e vida sem fazer um amplo trabalho de base. O que passava pela formação e desenvolvimento das Co munidades Eclesiais de base. Por maiores que tenham sido as resis tencias que enfrentaram no inte rior do próprio clero, é inegavel que as CEBs multiplicaram-se por todo o país e transformaram-se nu ma grande organização de fusão de idéias junto ao povo.
- b) Todo este trabalho de base era guiado, grosso modo, pela idéia de que a desigualdade social tre os homens não decorria da von tade de Deus, mas, ao contrário, de injustiças nas estruturas eco nômicas da sociedade, que a Igre ja justamente se propunha a denun ciar. Ou seja, na formação inte

lectual e teológica dos agentes, a luta contra as injustiças um elemento básico. Neste senti do, era evidentemente enorme o po tencial mobilizador das CEBs. Igreja dispunha, portanto, de corpo de agentes movidos na sua a ção pastoral, por um profundo sejo de igualdade e justiça entre os homens.

3º- A atual geração de dirigentes sindicais foi formada no quadro um grande refluxo das lutas dos balhadores rurais, de uma feroz pressão e um rígido controle governa mental sobre as atividades dos sindi calistas. Além da repressão pura e simples, o regime desenvolveu alguns mecanismos de controle sobre as ati vidades dos dirigentes: o FUNRUPAL na sede dos sindicatos, a sujeição aos delegados regionais do trabalho e aos políticos do partido do gover no foram alguns mecanismos que resul taram numa mentalidade que traduzirí amos em uma frase: reivindicar é pe dir para os "de cima" e não mobili zar os "de baixo". Dentro do espíri to da CLT (e de seu funcionamento no quadro de um Estado ditatorial) dirigentes sindicais caracterizam--se, na sua maioria, por uma conduta de colaboração e não de luta de clas se. Por maior que tenha sido o esfor ço da CONTAG e de algumas federações para reverter esta mentalidade, o po der do governo junto ao dirigente sindical na base sempre tendia a ini bir a sua iniciativa. Embora comportamento tenha começado a dar, a partir do IIIº Congresso da CONTAG, ele é largamente dominante.

A principal consequência prática des te estado de espírito é a ignorância quase total a respeito da importância e das formas de realizar o tra balho de base. Mesmo aqueles dirigen tes sindicais honestos (que não iam para o sindicato com o objetivo ganhar dinheiro, de desmobilizar classe ou de colaborar com os órgãos de repressão do regime) não fizeram,

nos últimos anos, muito mais que ge rir o FUNRURAL e, quando muito, encaminhar reivindicações para os "de cima": delegado regional do trabalho, secretário da agricultura, Fede ração, etc. Mobilização de base era até pouco tempo e em grande parte ainda é uma expressão estranha no léxico do dirigente sindical.

Esta análise e sobretudo nossa experiência junto ao movimento sindical. mostram-nos que a passividade, a fal ta de iniciativa e o reduzido poder de mobilização da maior parte dos di rigentes sindicais, decorrem fundamentalmente destes motivos, isto do proprio ambiente: são poucos desmobilizadores ativos; os que ocu pam o sindicato para deliberadamente, bloquear a organização dos trabalha dores, os corruptos, os colaborado res com a polícia política do regi me, etc. A maioria é sensível problemas da classe, solidariza-se nos momentos de mobilização, mas não toma a iniciativa da mobilização, não tem o hábito e a experiência do tra balho de base e é em grande parte atingida pelo medo da repressão, da intervenção, etc. A passividade xistente no movimento sindical duz-se, a nosso ver, nesta conduta dupla e diferenciada: o desmobiliza dor ativo, que quer desorganizar a classe por um lado e, por outro, uma maioria que não sabe, não tem a expe riencia necessaria a mobilização.

NÃO SUBSTITUIR, MAS NÃO SE OMITIR

É neste quadro que definimos nossas atribuições pastorais no que se refe re a organização dos trabalhadores. Repetimos: não queremos substituir o movimento sindical, que é o legíti mo representante, a verdadeira organização reivindicativa dos trabalha dores rurais. Mas em função de nos sas próprias atribuições pastorais, não poupamos esforços para que os trabalhadores rurais assumam cada vez mais o seu próprio destino. Is so, na prática, leva-nos à conclusão

de que devemos fazer o possível para que o movimento sindical profundamente às suas bases, -se cada vez mais ativo e enraizado no povo. Nos acreditamos que, plano, a Igreja, com sua sólida expe riencia de trabalho de base, dar uma importante contribuição desenvolvimento dos movimentos ais em nosso país: transmitir tes movimentos o aprendizado que ela acumulou nos últimos anos, a verdadeira obstinação em fazer com que os homens mais simples e mais participem da luta por sua emancipa ção.

Como isto se traduz na prática? A resposta a esta questão varia enorme mente caso por caso. Para facilitar o raciocínio, vamos reduzir esta di versidade a duas situações principais:

a) Nos lugares em que a direção sin dical recusa-se a fazer o trabalho de base e, na prática, sabota a ta. Estes casos apesar dos progres sos que o movimento sin il l vem zendo nos últimos tempos são ainda bastante frequentes. Não se trata aí, é claro, de substituir, de por uma estrutura paralela à organi zação sindical. Mas evitar o paralelismo sindical não significa cruzar os bracos diante dos freios com que, muitas vezes, direções sindicais que rem amarrar as lutas. Nestes casos, é perfeitamente legitimo e que os trabalhadores ligados as CEBs e mesmo os agentes de pastoral fa çam aquilo que a direção sindical re cusa-se a fazer: promover reuniões, organizar abaixo-assinados, manifestações, comissões, enfim, criar condições para que os trabalhadores levem suas lutas adiante. O critério prático para uma tal conduta não con siste em se tomar por base aquilo que o dirigente sindical diz, mas que ele faz. Ou seja, devemos pre tentar integrar o sindicato ações que planejamos, não como espec tador, ou simples participante, reservando-lhe o papel que lhe cabe

em cada caso. É evidente que se apesar deste esforço o sindicato se recusa a acompanhar, se ele não quer saber de organizar os trabalhadores, a CPT não deve ficar parada: deve ela mesma estimular os trabalhadores que a ela estão ligados a fazer o que o sindicato não está fazendo e, se tal conduta permanece, a organizar oposição sindical.

Isso significa que o compromisso do agente de pastoral com o trabalho de base deve levar em conta a exis tência da organização sindical: não se trata simplesmente de ajudar na organização do povo para a solução de cada problema específico, mas sim de fazer com que esta organização seja sempre crescente, que cada lu ta signifique uma acumulação e não uma dispersão de esforços. Ora, es ta acumulação só pode ser feita com o fortalecimento da entidade sindical, Uma comissão de agricultores, um grupo que encaminha uma luta par ticular apresentam a vantagem da re presentatividade direta e da maior flexibilidade para as negociações. Mas resolvido o problema para qual este grupo foi criado, ele ten de a se dissolver. A organização sindical (em que pese todos os limi tes que a ela impõe a CLT), ao con trário, é permanente. É nela que deve concentrar o processo de acumulação de forças.

Mesmo nos casos em que a direção sin dical não quer assumir a luta, deve mos ter sempre a preocupação de prestigiar e fortalecer a entidade sindical. Como? Estimulando a formação de delegacias sindicais, a filiação, a participação nas assembleias, en fim, mostrando que o sindicato não é da diretoria, mas do trabalhador.

b) Nos lugares em que a diretoria é combativa, ou, ao menos, é sensível aos problemas dos trabalhadores e não sabota deliberadamente a luta. Nestes casos o papel da CPT e dos agentes de pastoral não é menos im

portante. Evidentemente quando a di retoria é combativa, quando ela guia suas atividades pelo critério do senvolvimento da luta, da organizacão e da consciência da classe, quan do ela democratiza seu processo tomada de decisões, quando ela propõe a ampliar suas organizações de base, a colaboração com a CPT não apresenta problemas. Mas estes casos são raros. Em geral, o que existe é uma intenção de fazer o trabalho, mas que não chega a se concretizar. O pa pel da CPT e dos agentes de pastoral aqui é muito importante. Em primeiro lugar eles não podem cometer o erro de confundir passividade com peleguismo. É evidente que se a CPT come ça a organizar os trabalhadores plano da luta reivindicativa sem se quer tentar obter a participação do sindicato, ela vai criar um problema de difícil solução. Neste senti do, acreditamos que o primeiro so para qualquer trabalho é a tomada de contato com a direção sindical local (seja ela qual for, pouco porta o que tenhamos escutado sobre o que ela pensa ou sobre o que no passado) no sentido de submeter à sua apreciação o que nos pretende mos fazer. Se for possível, um pla no de trabalho conjunto, tanto lhor.

Mas além disso, é preciso contribuir para que as próprias direções sindi cais pratiquem o trabalho de base. Aqui é necessário que o agente pastoral tenha a maturidade de obser var a prática dos dirigentes sindicais e saiba criticá-los sem, com is so provocar o seu afastamento. Avaliar uma assembléia, uma reunião de agricultores em que só os membros da diretoria do sindicato falaram e os presentes não abriram a boca: mui tas vezes o dirigente sindical quer se dá conta da gravidade do pro blema e não vê perspectiva para lucioná-lo, isto é, na prática fia em si próprio e não na força do

A CPT E O MOVIMENTO SINDICAL

(resumo para discussão)

- l Um dos objetivos básicos da CPT é o de promover a participação dos trabalhadores rurais nas suas orga nizações de classe, entre as quais se destaca a organização sindical.
- 2 A CPT não possui e não adere a linhas, correntes ou chapas sindicais. Sua atuação pastoral baseia-se na tentativa permanente de fazer com que os próprios trabalhadores assumam o destino e participem ativamente de suas organizações sindicais.
- 3 A CPT está consciente da hetero geneidade que caracteriza o movimen to sindical. Existem diretorias (pou cas) que voltam sua atuação reivindicatória para a mobilização da base; outras (a maioria) que tentam captar as aspirações dos trabalhado res mas não organizam o trabalho de base, sobretudo por falta de experiência e tradição neste sentido; en fim, outras (em número) que recu sam-se a apoiar, ainda que timidamen te, a luta dos trabalhadores.
- 4 A CPT atua com o movimento sindical no seu conjunto, respeitados os critérios que norteiam a sua ação e antes de tudo a importancia do trabalho de base.

Ela deve portanto tentar permanente mente a atuação conjunta, mesmo com relação àquelas diretorias sindicais que lhe parecem mais atrasadas, promovendo no interior destes sindicatos a mais ampla participação das bases. O papel dos agentes de pastoral é, aqui, particularmente importante pois ele pode transmitir às di

reções sindicais sua ampla experiência no sentido de estimular a participação das bases: técnicas de reunião, divisão em grupos, evitar que a palavra seja monopolizada pelas diretorias, etc.

- 5 O trabalho conjunto de duas ins tituições como a CPT e o movimento sindical não pode se basear na sujei cão de um ao outro. Se alguma direção sindical recusar a importância da organização e da participação dos trabalhadores nas suas lutas, a CPT reserva-se o direito de (seguindo sua orientação pastoral) fazer o tra balho independentemente da sindical em questão. Neste modo, CPT não estimula a formação de organizações sindicais paralelas ou autô nomas, mas promove o fortalecimento da organização sindical, da entida de - e não da diretoria. Os meios são a promoção da filiação aos sindicatos, a formação de delegacias sindicais, etc.
- 6 Embora sem se comprometer publi camente com chapas sindicais, a CPT fará o possível para que os trabalha dores tomem o destino de suas organi zações sindicais, sabotem e bloqueiem o desenvolvimento do trabalho, a ati vidade da CPT junto aos trabalhado res poderá estimulá-los na formação de chapas de oposição sindical ou na composição com diretorias existentes. Tudo depende da análise de cada caso concreto, lembrando no entanto que a CPT opta preferencialmente pe la transformação nas formas de atuação das diretorias (através de sua conscientização para a importância do trabalho de base), mas que quando esta transformação é impossível a o posição sindical torna-se necessária.

NOTAS:

(1) Luta dos pequenos agricultores do Oeste e Sudoeste do Paraná contra o decreto-lei 167 de 1967 que transformava o agricultor em endos sante da dívida que as indústrias

contraíam junto aos bancos para com prar seus produtos. Em fins de 1977 várias indústrias e frigoríficos do Oeste paranaense pediram concordata, alguns deles indo à falência em 1978. Com isso os bancos tentaram \underline{e} xecutar os pequenos agricultores por estes serem os endossantes das dívidas das indústrias. Esta luta cujo resultado foi a vitória dos pequenos agricultores marcou o primeiro conflito de envergadura de setores do campesinato brasileiro contra os

grandes monopólios e política agríc<u>o</u> la do governo.

(2) CCT - Convenção Coletiva do Trabalho: dissídio coletivo entre os sindicatos patronais e os dos trabalhadores rurais sobre condições de trabalho e remuneração dos assalladades inclusive dos volantes.

JORNAL POPULAR E LINHA EDITORIAL

JOÃO LUÍS VAN TILBURG

O autor é coordenador do programa de Recursos Pedagógicos da FASE.

Desejamos abordar aqui o papel polí tico dos jornaizinhos que circulam no meio popular a fim de chegarmos a algumas conclusões sobre o"feitio" destes jornaizinhos. Desejamos ques tionar até que ponto esses zinhos cumprem efetivamente o seu pa pel. Há de ficar claro que não trataremos de "como fazer um jornal popular", ou seja, não se trata de laborar um manual ou um curso de jor nalismo popular, embora isto se ser muito útil. Um simples às centenas de jornaizinhos que cir culam no meio popular evidencia gran des deficiências, ora decorrentes do não-conhecimento de técnicas didá ticas ou jornalísticas, ora decorren tes da falta de recursos financeiros que obrigam a confecção do zinho de qualquer maneira. No entanto, a circulação do jornalzinho tão importante que qualquer apresen tação se justifica (1).

E este é justamente o cerne da ques tão: a importância da circulação de informações, de notícias, de aconte cimentos, de conquistas e vitórias que servirão à causa do movimento popular.

Mas, sendo esta a questão central,

perguntamos: que critérios norteiam a seleção do material disponível para ser divulgado, ou seja, a linha e ditorial?

Ocorre que, em termos muito os editores do jornalzinho xam orientar pela grande imprensa ao executarem esta tarefa. Aprofundemos esse ponto. Sabe-se que a ideologia dominante se impõe através das mais variadas e das mais diversificadas vias. O simples fato de que somos o brigados a recorrer à grande imprensa para poder satisfazer a necessida de da informação, evidencia que o ha bito de leitura está sendo determina do por esta mesma grande imprensa.Es te hábito de leitura nos leva a sele cionar, criteriosamente ou não, este jornal ou aquela revista por encontrarmos uma satisfação desta necessi dade de informação. Embora saibamos que a informação veiculada grande imprensa defende interesses a lheios ao movimento popular, não nos resta outra alternativa, pois não xiste ainda uma imprensa popular.Des sa forma, incorporamos sem perce ber o arcabouço redacional prensa burguesa no que diz respeito a sua forma de apresentação, de tamento de informações, ou, em

so palavra, às normas de produção.

E são as normas de produção da gran de imprensa que lhe conferem o caráter de um relatório. Um relatório parcial, sem dúvida, em virtude dos interesses conflitantes no seio da burguesia, das atividades do Estado.

Para a compreensão exata desta afir mação, devemos fazer um parêntese, pois torna-se imprescindível abordar, embora em traços rápidos, a filosofia pregada na formação dos jornalistas.

Afirma-se que os meios de comunica ção de massa se destinam a informar, formar e entreter o grande público. Ao especificar essa função tríplice, atribui-se a imprensa o papel de ser sobremaneira informativa. Esse papel deverá ser exercido de modo mais objetivo possível. Ao futuro repórter é ensinado como obter a notícia, co mo redigi-la, fornecendo-lhe um instrumental a fim de garantir a objetividade.

Ao distinguir a triplice função dos meios de comunicação de massa, força-se a ideia da imparcialidade da informação, ou seja, nega-se que o proprio instrumental utilizado pe lo reporter é seletivo e por conse guinte formativo. Essa observação tem igual valor para os programas de entretenimento. Não se justifica, portanto, a distinção entre informa ção e formação. A própria informação é formativa, como também os mas de entretenimento evidenciam uma posição ideológica.

No que diz respeito à informação faz -se a distinção entre jornalismo in formativo, jornalismo interpretativo e jornalismo opinativo. Ora, necessa riamente qualquer informação é interpretativa pois, em virtude da posição ideológica do repórter que seleciona e redige a notícia, o elemento interpretativo está presente e dessa forma emite-se uma opinião.

Nesse sentido vale ressaltar também

a setorização da informação na grande imprensa. Geralmente distingue-se os setores da política e da economia internacionais, nacionais, regionais e locais, de esporte, crime e cultura. As colunas especializadas são localizadas conforme esta divisão de setores.

A divisão em setores resulta no não inter-relacionamento das informações setorizadas entre si, de tal forma que a sistematização de informações em setores reforça a idéia de impar cialidade.

Essa estrutura da grande imprensa faz com que ela se caracterize em linhas gerais por ser uma espécie de relatório das atividades do Estado.

Estando nas mãos da livre iniciativa, essa forma de relatório evidencia o controle exercido e, assim, a maneira como é formada a opinião pú blica. Aqui, vale a pena citar Nel son Werneck Sodré: "Como todas as in venções, a de Gutenberg resultou necessidade social que o desenvolvimento histórico gerou e que vinculada a ascenção burguesa, em seu prelúdio mercantilista. Como as tro cas interessavam apenas a elementos de classes e camadas numericamente re duzidas, entretanto, o desenvolvimen to da imprensa foi muito lento naque la fase, e ela foi facilmente contro lada pela autoridade governamental. Poderosas forças econômicas empenha ram-se, desde então para debilitar este controle - eram as forças do ca pitalismo em ascenção. O princípio da liberdade de imprensa, antecipado na Inglaterra, vai ser encontrado, en tão, tanto na Revolução Francesa quanto no pensamento de Jeffersom, que correpondia aos anseios volução Americana, sintonizando com a pressão burguesa pra transferir a imprensa à iniciativa privada, o que significava, evidentemente, a entrega ao capitalismo em ascenção"

As várias formas de censura ora mais explicitamente exercida pela burgue

sia ora pelo Estado testemunham que o controle não ocorre pacificamente mas, ao deixar de lado elementos conjunturais, sempre o Estado e a bur guesia controlam a veiculação da informação.

Ao denominar de relatório das atividades do Estado a sistematização se torial da informação, elucida-se a função política da imprensa. Ao (pretender) formar a opinião pública da nação, a imprensa relata as atividades do Estado e contrapõe a essas a tividades, opiniões divergentes ou consonantes as daqueles cujos interesses de forma direta ou indireta estão envolvidos. Localizando-se o Estado na organização capitalista da produção, as posições expostas pela imprensa reproduzem os interesses capitalistas.

Ninguém terá dificuldade em ordenar as informações veiculadas pela prensa em duas colunas, quais jam: de um lado, a discussão do pro blema e a decisão tomada para solucioná-lo e, de outro os resultados (positivos ou negativos) das deci sões tomadas anteriormente. Ao orde nar as informações desta forma ceberse a presença do Estado em todos os níveis de vida do conjunto dos cidadãos e de cada cidadão em parti cular. O Estado está presente nas suas decisões e consequentemente nas soluções tanto no nível das relações primárias quanto no das relações se cundárias. Privilegiando a referen cia no Estado e suas atividades, imprensa passa ao conjunto dos tores a idéia de que os interesses coletivos e individuais estão sendo defendidos por ela mesma. Essa é função política da imprensa.

No que diz respeito especificamente à função política de revistas de <u>e</u> dição semanal tais como "VEJA" e "ISTO E" vale mencionar, rapidamente, uma das conclusões às quais se chegou na análise da revista argentina "Primeira Plana". Essa revista

corresponde ao estilo das revistas "VEJA", "ISTO É", da revista americana "TIME", ao da francesa "L'EXPRESS", ao da holandesa "ELSEVIER", etc. A revista "Primeira Plana"pertenceu, na época em que se realizou a análise, ao grupo de pu blicações chamadas "opositoras". Uma das observações feitas diz respeito à complexa-trama testemunhal. Os tes temunhos são apresentados com expres sões de tipo: "segundo alguns obser vadores", "a julgar", "ressaltou". "recordou", "a ninguém escapa que", "se escutaram expressões como esta", etc. Dessa forma se constrói uma his tória tramada em cima de testemunhas não-definidas o que, em última análi se, resulta num pseudo-relato (3). Ora, esse pseudo-relato possibilita as identificações ideológicas mais variadas possíveis, ou seja, a satisfação da necessidade de informa ção se efetua aos custos da não-informação.

Embora não muito aprofundada, a aná lise em relação à função política da imprensa trará algumas pistas para delinear a função política dos jor naizinhos que circulam no meio popular.

Uma leitura mesmo superficial des ses jornaizinhos leva a concluir que os responsáveis pela elaboração par tem do ponto de vista de que o con teúdo do jornalzinho deverá relatar a luta do povo seja no bairro, seja no local de trabalho.

Selecionam-se os fatos, os acontecimentos etc. tomando como referência a causa do movimento popular.

Os critérios de seleção adotados não se diferenciam em nada daqueles empregados pela grande imprensa. O jor nalzinho toma para si a mesma posição ou postura que a grande imprensa assume, exercendo um papel político similar ao dela. Somente os protago nistas estão invertidos: trata-se a qui da defesa dos interesses da causa popular. Nesse sentido, o jornal

zinho se reduz a um relatório do Movimento Popular.

Considerando o fato de que as informações contidas nestes jornaizinhos são utilizadas para subsidiar parcelas do movimento popular espalhadas por este país, justifica-se por si só o significado político da sua forma de relatório.

No entanto, a questão para a qual de sejamos chamar atenção, diz peito a coincidência dos critérios de seleção para divulgar os aconteci mentos. É necessário ressaltar que o enfoque não afeta a qualidade critérios de seleção. E isso é tan to verdade que em ambos os casos função exercida é aquela de relatorio ideológico cuja característica consiste, de um lado, na constatação de problemas e a consequente são de solucioná-los e, de outro, nos resultados dessas decisões. que falta, no meu entender, é a di vulgação dos acontecimentos que 0 correm entre um e outro estágio. Se não vejamos. Antes de tudo, é pre ciso ser analisado porque a inversão dos protagonistas no relato dos acontecimentos não altera a qualidade dos critérios de seleção.

Aceitando que o papel político da im prensa, o jornal diário e a revista, se caracteriza pela postura da defe sa do bem comum, nega-se a existên cia do antagonismo de interesses en tre aqueles que possuem o poder e aqueles que vivem à margem desse po der. Os detentores do poder atuam po liticamente em função dos seus inte resses econômicos. É esta a razão que explica o exercício da liberdade de imprensa dentro dos parâmetros dos interesses da iniciativa privada.Por conseguinte, as questões econômicas decorrentes da forma em que a produ ção da sociedade está organizada não se tornam objeto do relatório diário ou semanal da imprensa. Não é noticia do quem e como se produz a riqueza. A imprensa se limita a informar quem politicamente decide a geração da riqueza e sua gerência, e é em relação a estas questões que ela se pro nuncia. Ou seja, há um vacuo entre o momento da decisão em relação à solução de um problema constatado e os resultados desta decisão, e é e xatamente este vacuo artificialmente criado devido aos interesses en volvidos, que não deixa de existir pela inversão dos protagonistas, a não ser que esta inversão evidencie as razões da existência desse vácuo. O cerne da questão se localiza exatamente aqui.

Falemos mais concretamente,

A fim de que o Estado possa atender, no estágio de luta em que se encontra o movimento popular, às reivindi cações (água, esgoto, etc., melhores salários e estabilidade no emprego, e mesmo o desatrelamento do sindicato do Ministério do Trabalho, assim como o direito à posse da terra) colo cadas por este movimento, o Estado deverá possuir tanto o poder de de cisão quanto os recursos financeiros. Ora, o Estado tem ambos.

Por conseguinte, no seio do movimen to popular, deverão ser divulgados, por um lado, a existência dos recur sos financeiros necessários para a tender às reivindicações e, por ou tro lado, os critérios que norteiam a aplicação destes recursos. Em ou tras palavras, de forma didática, os componentes do movimento popular de vem ter acesso à informação que diz respeito ao valor da riqueza zida por eles e ao destino desta ri queza. Percebe-se que o elo, ou se ja, a relação que liga o primeiro es tágio (a constatação do problema a consequente decisão em vista de so luciona-lo) ao segundo (os resultados alcançados) se torna o fio norte ador não apenas da redação da infor mação ou acontecimento, mas, sobrema neira, da seleção e ordenação dos a contecimentos ocorridos no bairro, no sindicato e no campo.

A título de exemplo, tomemos uma rei

vindicação fictícia baseada num acon tecimento verídico.

Num encontro para onde afluiu grande número de representantes do movimento popular de uma determinada cidade, foi aprovada a resolução de que a Prefeitura deveria aplicar 3% da renda municipal para melhoramentos dos locais de moradia.

A divulgação dessa resulução no jur nalzinho não é suficiente na perspec tiva que defendemos. O leitor do jor nalzinho há de ser informado que, em números concretos, aquela reivindica ção se concretizava na quantia Cr\$ 430,00 por habitante dos bair ros envolvidos e que, em média, contribuição por habitante foi, ano anterior, Cr\$ 1.320,00 só em ter mos de impostos municipais. Ao divul gar a etapa intermediária entre constatação do problema e a quente decisão em vista da sua solu ção e os resultados obtidos, se evi denciará a necessidade do poder de controle do dinheiro público.

Concluindo, podemos afirmar que a incorporação dos critérios de seleção adotados pela grande imprensa por parte dos responsáveis pela elaboração dos jornaizinhos, afeta de forma direta o papel político que es

ses veículos têm no seio do movimen to popular.

Por essa razão há de ser procurada <u>u</u> ma forma que faça com que os critérios de seleção dos acontecimentos mudem a qualidade da informação.

Por outro lado impõe-se - e a função política da imprensa evidencia isto - a necessidade de precisar com a maior clareza possível (é o elemento da didática) os interesses envolvidos, no que diz respeito à acumulação do capital.

NOTAS:

- (1) A apostila "COMO FAZER UM JORNAL POPULAR? contém valiosas informa ções que poderão orientar sobre a questão que o título menciona. Esta apostila poderá ser adquirida: FASE Rua Cedro, nº 52 Casa Amarela Recife/PE.
- (2) Nelson Werneck Sodré: A História da Imprensa no Brasil, Ed. Civi lização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, pág. 2.
- (3) Veja: Alberto Juan Verga: A comu nicação no setor urbano em Cade<u>r</u> nos de Jornalismo nº 5, págs. 15 a 21, setembro de 1971.

EQUIPES LOCAIS REGIONAL NORTE

Escritório de Belém Rua Bernal do Couto nº 1329 66.000 - Belém - PA (091) 222-0318 Escritório de Abaetetuba Av. D. Pedro II, s/n9 68.440 - Abaetetuba - PA (091) 751-1114 Escritório da Região de Salgado Travessa Índio Betan nº 196 68.745 - Castanhal - PA Escritório de Santa Luzia Av. Newton Bello nº 1032 65.390 - Santa Luzia - MA Escritório de Santarém Rua Mendonça Furtado nº 2475 (091) 522-1764 68.100 - Santarém - PA Escritório de São Luís Rua Apolônia Pinto nº 213 Bairro de Fátima 65.000 - São Luís - MA (098) 223-0276

REGIONAL NORDESTE

Escritório de Recife Rua Cedro nº 52 Casa Amarela 50.000 - Recife - PE (081) 268-3242 Escritório de Garanhuns Rua Dr. José Mariano nº 346 55.300 - Garanhuns - PE (081) 761-1819 Escritório de Fortaleza Rua Justiniano Serpa nº 131 Otávio Bonfim 60.000 - Fortaleza - CE (085) 223-4056 Escritório de Capistrano Rua Cel. Francisco Bezerra Campelo nº 2 Carqueija 62.748 - Município de Capistrano - CE

REGIONAL SUDESTE-SUL

Escritório do Rio de Janeiro Rua Senador Dantas nº 117 - gr. 1.518 20.031 - Rio de Janeiro - RJ (021) 220-7198 Escritório de São Paulo Rua Loefgren nº 1651 - casa 6 Vila Clementino 04040 - São Paulo - SP (011) 549-3888 Escritório de Vitória Rua Frei Antônio dos Mártires nº 145 29.000 - Vitória - ES (027) 223-7436 Escritório de Porto Alegre Rua Gaspar Martins nº 470 90.000 - Porto Alegre - RS



Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Escritório Nacional: Rua das Palmeiras 90 - ZC 01

Tel.: (021) 286-6797 e 286-6134 22.270 — Rio de Janeiro (RJ)